

7-SEP-11
Copy 1859

DEPARTMENT OF STATE
DEPARTMENT OF STATE
LIBRARY DIVISION

LAP
RAR
ZMS

NACIONALISTAS CRITICAM INCOERÊNCIAS DE LOTT

(REPORTAGEM NA
3.ª PÁGINA)

ANO I — RIO, SEMANA DE 24 A 30 DE JULHO DE 1959 — N.º 22



Raymundo Eirado, presi-
dente da UNE

Universitários
(mais de 700)
em Congresso
(11ª página)

NOVOS RUMOS

REDAÇÃO: AVENIDA RIO BRANCO, N.º 257 — SALAS 1711/1712



DISCURSO DE JK
NO CLUBE MILITAR

(2.ª página)

Incoerências

Já lançada oficialmente pelo PSD, a candidatura do marechal Teixeira Lott entra agora na fase das articulações com outras forças políticas. Começa assim a tomar forma a coligação que levará o seu nome às urnas em 1960. Daí a importância das definições de candidato, de sua plataforma, como base sobre a qual deverão processar-se os diversos entendimentos.

Para que se oponha com êxito à candidatura de Jânio — já caracterizado como o representante dos entreguistas, dos plutocratas de S. Paulo e das forças antidemocráticas — a candidatura Lott, além do patrocínio do PSD, necessita do apoio do PTB, do PSB, do movimento operário e das forças de esquerda. Precisa pois configurar-se nitidamente como uma candidatura capaz de aglutinar as grandes correntes nacionalistas e populares. As definições e atitudes do candidato têm nesse sentido uma importância decisiva.

Os últimos pronunciamentos do marechal Lott, porém, vêm se caracterizando por uma evidente incoerência. Mal inspirado e mal observado, depois que se tornou o candidato oficial, o marechal Teixeira Lott tem feito afirmações que se chocam abertamente com pontos de vista por ele anteriormente defendidos. Isto, em vez de facilitar, só pode criar obstáculos à necessária aglutinação das forças nacionalistas e democráticas.

Um exemplo é a entrevista de terça-feira última ao «Jornal do Brasil». Em primeiro lugar, surpreende que seja precisamente esse órgão reacionário, sempre empenhado em atacar e desmoralizar o ministro da Guerra por suas posições patrióticas e em defesa da legalidade, o escolhido para porta-voz de suas opiniões. Mais estranhos e inaceitáveis são certos pontos de vista manifestados pelo marechal Lott, embora entremeados com afirmações de caráter positivo.

E' o caso da reforma agrária. Enquanto em recentes declarações à revista «O Cruzeiro», o ministro Lott se manifestava claramente por esta medida, diz agora que não vê porque falar em reforma agrária e passa a sugerir um vago equacionamento do problema. Ao falar sobre a política econômico-financeira e pronunciar-se contra a reforma cambial «de uma hora para outra» admite porém que «temos que caminhar por etapas», o que contradiz também manifestações suas anteriores. Discorrendo sobre a inflação, condena a restrição indiscriminada do crédito, e que é certo, mas fixa-se injustamente sobre os aumentos de salários como um dos fatores inflacionários.

Quanto ao comércio com a União Soviética, embora afirme que não é contrário em princípio, preocupa-se exageradamente em opor limites e obstáculos. E no que se refere às relações diplomáticas, insiste em invocar como pretexto para que se mantenha a ruptura os supostos insultos ao presidente Dutra e a ausência de desculpas por parte dos soviéticos, quando todos sabem que as críticas consideradas ofensivas partiram de um obscuro jornalista — sem nenhum caráter oficial — enquanto o tristemente famoso Pina Gamalina, que ofendeu muito mais os soviéticos, era personalidade oficial, secretário de nossa Embaixada em Moscou.

Entre as incoerências e vacilações reveladas pelo marechal Teixeira Lott, assinalam-se ao mesmo tempo afirmações positivas como, por exemplo, as que se referem ao tratamento ao capital estrangeiro.

Já há indícios de que numerosos setores nacionalistas e democráticos, insatisfeitos com as últimas entrevistas do marechal Lott, exigem do candidato uma definição mais firme e coerente em torno dos problemas básicos do país. O Partido Trabalhista pede um pronunciamento claro acerca das «reformas de base», consideradas indispensáveis. Representantes de vários partidos manifestam aberto descontentamento. E na Bahia, oradores operários e estudantes, em homenagem prestada a Lott, criticaram-no pessoalmente por suas declarações a propósito do reatamento de relações com a URSS. E é este precisamente o caminho a seguir a fim de que as forças nacionalistas e populares possam influir, neste momento, para que se forme uma coligação eleitoral de claro sentido antiperfideista e democrático em 1960.



Café e Samba Para a Festa Da Paz



Levando muita café, mate, samba e entusiasmo, seguiu para Viena a delegação brasileira ao VII Festival Mundial da Juventude. Lotando quase completamente um avião de «Léonard», o último contingente (foto) da delegação, seguiu terça-feira última. Quatro deputados da Assembleia Estadual do Rio Grande do Norte (Geraldo Vingt Rosado Maia, Aluisio Gonçalves, Bezerra, Luis Maranhão Filho e Moacyr Tôres), três da Assembleia Paulista (José Rocha Mendes, Yoshijune Itiyama e Selva Borges dos Reis), os artistas populares Carmélia Alves, Jorge Goulart, Nora Ney e outros, além de cantores Eriq Alca Siqueira, integraram o grupo. Alguns delegados, retidos no Brasil por motivos particulares, deverão seguir nos próximos dias. Entre eles está o padre Daniel de Lima, professor da Faculdade de Filosofia de Recife, e os acadêmicos Raymundo Eirado e Afonso Celso Guimarães Lopes, presidentes, respectivamente, da UNE e da UBES, que acompanharão o Congresso Nacional dos Estudantes, ora em curso.

GOMULKA REPELE AMEAÇAS DE ADENAUER

(7.ª página)



Juis Pedro Ribeiro de Lima

INTEGRA
DA
SENTENÇA
QUE
ABSOLVEU
PRESTES

(10.ª página)

EE. UU.

A Calamidade Do Desemprego

Mais de meio milhão de operários industriais dos Estados Unidos se declararam em greve na madrugada de 15 de julho. Eram inicialmente 500 mil metalúrgicos, que reclamavam e não obtiveram através de negociações, um melhor contrato de trabalho.

O contrato em vigor havia terminado a 30 de junho. Mas já em maio a Comissão Política do Sindicato dos Operários do Aço, integrada por 170 membros, se havia reunido em Nova York para formular propostas às empresas

da indústria metalúrgica sobre o novo contrato.

A reivindicação era motivada por vários fatores. Um deles é o aumento do custo da vida: os operários querem melhores salários. Outro, o crescente desemprego na indústria, devido aos novos métodos de produção: os operários querem maior segurança no trabalho. Uma das reivindicações que ganha corpo é, por exemplo, a redução da jornada de trabalho, permitindo a um maior número de operários obterem ocupação.

Um forte argumento dos operários é que aumentam em proporções astronômicas os lucros das empresas, sobretudo as magnatas da indústria metalúrgica, os reis do aço da United States Steel e da Bethlehem Steel. Somente nos três primeiros meses deste ano os lucros da indústria metalúrgica norte-americana aumentaram de 70 por cento.

ATINGIDOS OUTROS SETORES
A greve na indústria siderúrgica significa não apenas a paralisação dos

altos-fornos das usinas ferro e aço. Afeta numerosos outros ramos da indústria e os transportes.

Imediatamente foram atingidas as minas de ferro e carvão, por não ter consumo o que produzem. Sem minério para transportar, ferrovias suspenderam seu funcionamento.

AUMENTA O DESEMPREGO

As grandes empresas metalúrgicas, minas, empresas de transportes se aproveitam da greve para dispendir dezenas de milhares de operários que vão reforçar o já enorme exército dos sem-trabalho que existe permanentemente nos Estados Unidos.

Este já se aproxima hoje, se não ultrapassa, a casa dos 4 milhões.

DISCURSO DE JK NO CLUBE MILITAR

Na noite de 21 de julho, o presidente Juscelino Kubitschek proferiu, no Clube Militar, uma conferência sobre a política de desenvolvimento que vem sendo seguida pelo seu governo.

1. Essa nossa política tem caráter inequivocamente nacionalista, por ser a afirmação e consolidação da unidade nacional e a independência econômica do país. É uma política simultaneamente criadora e libertadora.

2. Foi-se o tempo em que o Brasil podia ter apenas uma direção de cúpula, sem o concurso do povo. Hoje, o povo brasileiro está bastante politizado para não hesitar no caminho a seguir. Estamos vindo ao encontro da impaciência, dos reclamos legítimos, da rebeldia justificada de nossa gente.

3. Não vamos confundir colaboração estrangeira efetiva e benéfica, colaboração principalmente em trabalho e energia humana, com atividades estran-

geiras especuladoras, insensíveis a qualquer outra voz que não a do puro interesse, incapazes de considerar o nosso país em termos da necessidade de crescer e desenvolver-se.

4. Manteremos fidelidade à nossa natureza acolhedora e largamente humana, mas estaremos, ao mesmo tempo, alerta contra os que imaginam que, por virem as portas abertas, a nossa casa não tem dono.

5. Não desejamos alcançar a estabilidade monetária a qualquer preço, pondo a perder a nossa política de desenvolvimento. O combate à inflação deve ser tenaz, ininterrupto, mas os remédios devem ser aplicados com prudência, a fim de evitar sérias repercussões de natureza política-social.

6. Não me iludo quanto às dificuldades que ainda encontraremos à medida que avançamos em nossa marcha. Ninguém se surpreenda ante toda sorte de obstáculos e ciladas que procurarão embaraçar a caminhada de nosso país

(...) Não se enfrenta a pobreza, não se constrói nada de duradouro sem que surjam forças contrárias. Essas forças eu as conheço e sei onde estão e o que pretendem. Atuarão, porém, em pura perda, porque está traçado o destino do Brasil — e ninguém conseguirá fazer com que faltemos ao dever de ser uma grande Nação, uma grande Pátria.

O discurso do presidente da República foi particularmente positivo ao manifestar resistência à política chamada de estabilização monetária. Parece mostrar que o sr. Juscelino Kubitschek está disposto a prosseguir nos rumos tomados em junho quando se insurgiu contra as exigências do Fundo Monetário Internacional. Mas a verdade é que palavras apenas não bastam. Os interesses nacionais exigem que o governo passe das palavras aos atos, levando realmente à prática uma política que conduza ao desenvolvimento independente de nossa economia.

"O Grande Florescimento"

A 17 de fevereiro deste ano numa entrevista à imprensa, o Presidente Eisenhower declarou:

"A Nação se encontra às portas de um crescente florescimento".

É uma concepção de florescimento, de progresso que vê somente um lado: o progresso técnico, o aumento da produção, ignorando a existência de milhões de famílias cujos chefes não encontram trabalho em parte precisamente devido a esse progresso técnico.

A automatização da produção nos Estados Unidos é verdadeiramente formidável. Dia a dia se aperfeiçoam as máquinas, criam-se os "cérebros mecânicos" que substituem um número cada vez maior de operários.

Mas, não se leva em conta que as máquinas, os automáticos, não consomem. E os operários, que deveriam consumir, ficando sem trabalho perdem a capacidade de consumo, ou a reduzem a níveis insignificantes com as esmolas (subsídios) que recebem.

tão sempre aquém da realidade.

Walter Reuter, presidente do poderoso sindicato dos operários da indústria automobilística e aeronáutica, falando nessa conferência não vacilou em afirmar a este respeito:

"Antes de tudo, o número de desempregados é muito maior do que mostram os dados oficiais, porquanto centenas de milhares de pessoas só trabalham metade da jornada ou a semana incompleta. Centenas de milhares de outras desistem de procurar trabalho; os operários de 55 anos de idade, ao verem que os de 28 anos dificilmente conseguem ocupação, renunciam à esperança de obter emprego. E desde esse momento são eliminados da lista

ta dos sem-trabalho, não são contados mais entre estes".

A CEIFA DO "PROGRESSO"

O mesmo Reuter citou em seu discurso um dado impressionante divulgado pelo órgão da alta finança norte-americana o "Wall Street Journal", que é o seguinte:

"Aumenta a produtividade do trabalho. Os novos equipamentos dão como resultado o incremento da produção com menor número de operários. Atualmente com menos força de trabalho, ou 11 milhões e 900 mil operários, obtém-se 35% mais de produção do que em 1948 com 12 milhões e 700 mil operários".

E Walter Reuter concluiu melancolicamente: "Encontramo-nos hoje em conflito com a técnica".

COMO HÁ UM SÉCULO...

Sim, como se o mundo não tivesse marchado — e no terreno econômico e social — passos de gigante — desde há um século ou mais, quando os operários enfrentaram, as primeiras máquinas da grande indústria, nos primórdios da revolução industrial, e só viam uma saída no seu "conflito com a máquina — quebrar a máquina.

Vale à pena transcrever outras palavras de Reuter, que traduzem o terrível drama que enfrentam os milhões de desempregados dos Estados Unidos — o mais poderoso e rico país do mundo capitalista. "Nos sabemos — diz Reuter — como produzir as coisas, mas não aprendemos como distribuir aquilo que produzimos. Eis por que passamos por dificuldades".

E acrescentava que se numa cidade ou região do país ocorresse alguma calamidade — uma inundação ou um vendaval — o governo declarava essa região "em situação de calamidade pública. "Nos consideramos — concluiu Reuter — que o desemprego crônico em massa é uma calamidade nacional e reclama medidas igualmente urgentes".

EFEITOS DA AUTOMATIZAÇÃO NA URSS

A automatização dos processos de produção é um dos principais problemas que enfrenta atualmente a indústria soviética. Ao lado dos Estados Unidos, nenhum outro país no mundo empreende a automatização da produção em proporções tão gigantescas como a URSS.

Mas o aumento da produtividade resultante do aperfeiçoamento da maquinaria não inquieta aos

soviéticos. A mão-de-obra liberada pelo progresso mecânico é transferida para outros setores onde ela escasseia. (Na URSS há escassez de mão-de-obra, e não excesso. O desemprego não existe).

Além disso, com a automatização, o Poder soviético traçou todo um plano para redução da jornada de trabalho nos diversos setores da produção industrial. O plano selecionado para a economia, iniciado em janeiro deste ano, prevê um aumento da produtividade do trabalho na indústria soviética de 45 a 50%. Para um sétênio é algo fabuloso. No entan-

to, o número de operários e funcionários crescerá no mesmo período de quase 12 milhões, ou seja, de uns 2 milhões por ano.

Já no próximo ano, estará terminada a passagem, em toda a União Soviética, à jornada de trabalho de 7 horas para todos os operários e empregados, sendo que na indústria de mineração a jornada será de 6 horas. Até 1962 estará em vigor a semana de 40 horas de trabalho. Prevê-se, até 1964, a adoção gradual da semana de 30 horas para os trabalhos insalubres (mineração, etc.) e 35 horas para todos os demais trabalhadores.

BAIXA DE PREÇOS NA URSS

Na União Soviética, a partir de 1º de julho corrente, baixaram os preços de vários artigos procedentes da indústria pesada, sobretudo relógios, rádios, bicicletas.

A título de curiosidade, e para se ver a proporção das baixas, citamos a seguir alguns exemplos. Os relógios «Pobieda» (cromados) passaram de 342 rublos para 250. Os relógios «Mólinia», que custavam 227 rublos, são vendidos agora por 180.

Um dos objetos de uso mais populares na URSS são as máquinas fotográficas, acessíveis a qualquer estudante. Existem na URSS milhões de fotografos amadores, que dispõem de seu próprio laboratório doméstico. Assim mesmo, houve uma nova rebaixa dos preços das máquinas fotográficas. A «Zorki-2», que custava 700 rublos, está agora por 550. A «Zorki-4» baixou 300 rublos. Em iguais proporções foram reduzidos os preços dos novos tipos de máquinas automáticas (das melhores) «Kiev 4-A» e «Start».

Os aparelhos de rádio também sofreram diminuição dos preços, de 150 a 250 rublos, segundo os modelos.

As bicicletas para homem, marca «V-112», que custavam 645 rublos, custam agora 515. A bicicleta para senhoras «Riga-26» passou de 632 para 500 rublos.

J PROTESTO DOS SEM-TRABALHO

Em abril último teve lugar em Washington uma conferência nacional de desempregados. Foi ela convocada pela poderosa organização conjunta AFL-CIO, através de seu Comitê Executivo. Instalou-se a 8 de abril. Deixaram participar cerca de 19 mil pessoas representando 15 grandes regiões industriais dos Estados Unidos.

Havia então no país aproximadamente 5 milhões de sem-trabalho, segundo dados oficiais. Mas estes dados es-

PC Argentina Saúde Prestes

Luis Carlos Prestes recebeu de Buenos Aires o seguinte telegrama:

«Enviamos felicitações extensivas aos demais companheiros pela absolvição no injusto processo. Saudamos este fato como uma valiosa contribuição à causa da democracia e da independência nacional do povo brasileiro. Cordialmente, Arnaldo Alvarez, Vittorio Codovilla, Alzira de la Peña, Rodolfo Ghioldi, Larralde, Moretti e Tadioli».

O ARMAMENTISMO E O DESEMPREGO

A produção dos Estados Unidos, atualmente, atinge níveis recórdes. Houve uma completa recuperação depois da recessão de 1958. Mas o desemprego diminuiu pouquíssimo. De cerca de 5 milhões (desempregados completamente sem trabalho), baixou para cerca de 4 milhões. Mas, entre maio e junho últimos, segundo dados oficiais do governo americano, as fileiras do exército dos sem-trabalho foram reforçadas com outros 593.000 operários.

Este número seria naturalmente muito maior se houvesse uma redução na produção dos armamentos.

Já em fins do primeiro trimestre deste ano, a revista americana «Nation» tratava do risco econômico decorrente da redução dos armamentos. E na mesma revista o professor da Universidade de Stanford, Paul Baran, afirmava francamente que, hoje, a economia capitalista dos Estados Unidos depende em grau considerável do programa bélico, que devora aproximadamente 50 BILHÕES de dólares por ano.

Eis por que a possibilidade de desarmamento é um verdadeiro fantasma para a alta finança norte-americana.

NO «MUNDO LIVRE»

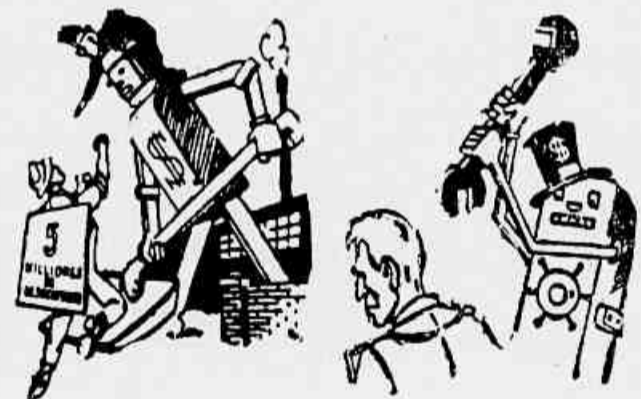


— Se ele não estivesse atrás de mim... (De Morris, do "A. P. Newsfeatures", EUA).



AUTOMATIZAÇÃO — Novas linhas automáticas são instaladas constantemente na União Soviética. A que vemos nesta foto (Agência TASS) foi produzida em Leningrado. Seu comprimento é de 128 metros, por 20 de largura. Esta unidade pode elaborar 1.600 metros cúbicos de madeira em cada movimento.

AUTOMATIZAÇÃO NOS EE.UU.



— Deixa sem trabalho... mas ajuda a morrer em paz. (Do "Sovietskaia Rossiia", de Moscou)

NOVOS RUMOS

Diretor — Mário Alves
Gerente — Guttemberg Cavalcanti
Redator-chefe — Orlando Bomfim Jr.
Secretário — Fragmom
BORGES
REDATORES
Almir Matos, Rui Facó, Paulo Motta Lima, Maria da Graça, Luis Ghilardini,
MATRIZ
Redação: Av. Rio Branco, 257, 17º andar, S/1712 — Tel: 42-7344
Gerência: Av. Rio Branco, 257, 8º andar, S/805
Endereço telegráfico — «NOVOSRUMOS»
ASSINATURAS
Anual Cr\$ 250,00
Semestral . . . 130,00
Trimestral . . . 70,00
Aérea ou sob registro, despesas à parte
R. avulso .. Cr\$ 5,00
N.º atrasado .. 8,00..

CRITICAS A LOTT:

Reatamento é Medida Nacionalista

Jânio e sua viagem maravilhosa



Jânio

O sr. Pedrosa D'Orta, ex-secretário do governo do sr. Jânio Quadros, compareceu aos jornais para explicar o milagre da viagem do candidato mineiro à Presidência da República...

É indistigável o descontentamento, até mesmo a perplexidade, que provocaram em muitos setores nacionalistas as declarações feitas pelo marechal Teixeira Lott a respeito do reatamento de relações do Brasil com a União Soviética e outros países socialistas...

IRRITACÃO ENTRE OS DEPUTADOS

Longe de arrefecer, é crescente a irritação que esta atitude do marechal Lott despertou entre inúmeros deputados nacionalistas, particularmente aqueles que, pertencendo à Ala Moça do PSD ou ao PTB, lançaram a sua candidatura e durante meses lutaram, enfrentando toda espécie de manobras...

De modo geral, duas são as versões apresentadas entre os deputados nacionalistas para explicar a atitude do marechal Lott. Pensam uns que as declarações do candidato pessedista significam uma concessão, não só desnecessária mas desaconselhável...

Outros deputados nacionalistas creem, porém, que a posição manifestada pelo marechal Lott resulta da falta de um conhecimento mais profundo dos problemas nacionais, o que estaria impedindo ao Ministro da Guerra compreender que uma das soluções mais importantes e urgentes para as dificuldades econômico-financeiras do Brasil é exatamente a ampliação de nosso intercâmbio comercial...

CONTRADIÇÕES

Outro importante aspecto que se assinala nas declarações do marechal Lott é que elas entram

- * Irritação entre deputados da Ala Moça e do PTB
* A atitude de Lott contradiz os programas trabalhistas, socialista e da FPN
* Operários e estudantes interpe-lam o ministro da Guerra na Bahia

em aberta contradição com pontos de vista programáticos de forças políticas cujo apoio é decisivo para o êxito de sua candidatura. E o caso, por exemplo, do PTB, cujas Diretrizes e bases doutrinárias, aprovadas na última Convenção Nacional petebista, dão a maior ênfase à necessidade das relações diplomáticas e comerciais com todos os povos...

É óbvio que tais forças políticas não renunciarão à exigência do reatamento de relações, incluída em seus programas por constituir uma providência que corresponde aos mais altos interesses nacionais.

REAÇÃO POPULAR

A reação às declarações do marechal Teixeira Lott não se restringem aos círculos políticos. No seio da opinião pública, já bastante esclarecida

quanto à significação do reatamento de relações com os países socialistas, a atitude do ministro da Guerra vem provocando comentários os mais desfavoráveis. Como se sabe, esta reivindicação tem sido formulada quase sistematicamente pelos vários congressos operários e estudantis e por diversos movimentos populares...

Um exemplo, nesse sentido, acabam de dar os trabalhadores e estudantes baianos. Durante a sua recente visita à Bahia, líderes operários e estudantis promoveram uma homenagem ao marechal Lott no auditório da Associação dos Empregados no Comércio. Falaram nesse ato, além do ex-deputado federal Vieira de Melo, o operário Diogo Alves de Souza, a trabalhadora Cleonice Lordele, o sr. Paulo Santos Silva, o jornalista João Palma Neto e o estudante Ubirajara Brito...

Sem dúvida, os trabalhadores e estudantes baianos dão um exemplo de vigilância, ao exigir de um candidato lançado por ponderáveis forças nacionalistas uma orientação clara e firme em relação aos problemas fundamentais do país.

CRISE DESMEMBRA A UDN

- * O JORNAL DO SR. LA CERDA CONFESSA A LUTA ENTRE AS DUAS FACÇÕES
* JURACI CANDIDATO OU CABO ELEITORAL DE LOTT?
* QUE DARA A UDN A JÂNIO QUADROS

Não de seus habituais acessos de hipocrisia política, o sr. Carlos Lacerda afirmou na Câmara que os cartazes surgidos em profusão pela cidade defendendo a candidatura do sr. Juraci Magalhães...

JANISTAS E JURACISTAS

A crise vem sendo gestada há muito tempo. Mas adquiriu força e veio à tona sobretudo nos últimos meses, quando o sr. Lacerda se tornou o patrono da candidatura Jânio Quadros, em oposição aos que defendiam a tese do "candidato próprio", que seria o governador da Bahia...

O apoio já consumado da UDN ao sr. Jânio Quadros não levou os juracistas a retirarem da berlinda o seu líder. Ao contrário, o nome do governador da Bahia manteve-se sempre em foco, figurando constantemente nos esquemas sucessórios.

CANDIDATO OU CABO ELEITORAL?

A jogada do sr. Juraci Magalhães — ou em torno do sr. Juraci — é uma manobra que se desdobra em dois tempos. Apresenta-se como possível candidato, capaz de se impor à confiança das forças que revelam temores quanto à marcha da sucessão nos termos em que está colocado...

sr. Juscelino Kubitschek viu-nham sabidamente alimentando essa candidatura, como uma espécie de reserva, enquanto se desenvolvia a ação de bastidores contra a candidatura Lott. Um intenso trabalho de articulação cubia aos mais íntimos colaboradores do ex-presidente da UDN...

A atual onda de publicidade em torno do governador da Bahia revela que, apesar da decisão do PSD de apoiar o marechal Lott, os elementos inconformados insistem em agitar o nome do sr. Juraci.

Essa insistência, porém, pode corresponder ao segundo tempo da jogada. Não conseguindo fazer-se candidato e decidido a manter-se na linha de boa vizinhança com o sr. Kubitschek, em troca de favores oficiais para o Estado que constitui a sua base eleitoral efetiva, estaria o sr. Juraci Magalhães preparando o terreno para justificar logo mais o rompimento formal com o seu antigo partido...

Apesar da hipocrisia do sr. Lacerda em atribuir aos comunistas os cartazes "Juraci é melhor", o seu próprio jornal, "Tribuna da Imprensa", começou a reconhecer abertamente a crise profunda que nesse momento, desagrada o comando udnista...

CONSEQUÊNCIAS DA CRISE

A crise que divide a UDN em dois grupos hostis terá inevitavelmente graves repercussões políticas. Antes de in-



Juraci

Reflexo imediato dessa crise será um substancial enfraquecimento da candidatura do sr. Jânio Quadros, cujo principal ponto de apoio está precisamente no eleitorado udnista. Sem as secções do Nordeste e com os demais diretores estaduais fracionados...

Lacerda e Seu Lidera do Iris

É impossível analisar-se a atitude de certas pessoas partindo-se da suposição de que elas raciocinam e atuam segundo sentimentos normais de dignidade. Muita gente, por isso, atropalha-se a comentar certas posições desse

homem quando hoje ao posto de líder na maioria da Câmara, o sr. Carlos Lacerda. Velando a última briga do sr. Lacerda com um dos seus próprios correligionários, no caso o sr. Iris Meiberg e Nogueira Botaria à mão no 1959.

servindo de traidor para o sr. Iris Meibergberg ou para seu companheiro de pioneirismo brasileiro, o sr. Israel Pinheiro. Ao mesmo tempo, no entanto, nenhuma pessoa sensata viria a público atirar contra um ou outro acusações não provadas. Mas o sr. Lacerda investiu contra seu companheiro de partido Meiberg, sem ter provas ao alcance da mão.

Meiberg respondeu a Lacerda, afirmando deixar de lado "suas infâmias", pois "nenhum homem de bem estranha a levandade do seu procedimento".

Adiante o sr. Meiberg ainda observou: "Prezo-me



Lacerda

em ser um homem afeito ao trabalho e me repugnam aqueles que fazem a sua carreira à custa do escândalo e da difamação, como é justamente o seu caso. Por isso não pretendo alimentar polêmica com quem não sabe respeitar a honra alheia, por não prezar em si próprio esse elevado sentimento".

E que dizer dos que se submetem, politicamente, como o sr. Meiberg, à liderança do leviano repugnante, campeão da difamação, que não respeita a honra alheia por não prezar o sentimento de honra?

Bem, aí lá seria analisar a posição dos liderados de Lacerda como se eles agissem segundo normas irrepreensíveis de conduta...

IMPORTÂNCIA DAS ELEIÇÕES EM PERNAMBUCO

No próximo dia 2 de agosto, em Recife e em mais 36 Municípios, o povo pernambucano escolherá nas urnas os novos prefeitos e representantes nos legislativos locais. O pleito se reveste de excepcional importância para os destinos do atual governo estadual, cujo dispositivo de forças assenta numa coligação de partidos e correntes populares anti-estelinistas, unidas em torno de objetivos comuns, democráticos, nacionalistas e de recuperação do Estado.

Em Recife concorrem dois candidatos de características bastante diferenciadas. O sr. Miguel Arrais, Secretário de Finanças do governo, conta com o apoio do governador Cid Sampaio e do prefeito Pelóginas da Silveira. É o candidato às mesmas correntes populares e forças partidárias que integraram a coligação vitoriosa em 3 de outubro do ano passado, que valeu de Pernambuco a oligarquia reacionária de Estelvinho Lins. A eleição de Miguel Arrais representa por isso, para o povo de Recife, a consolidação da vitória de outubro e maior se-

gurança de que no seio do governo que eleger não venham a conquistar posições os homens da reação e do antinacionalismo.

O PTB, chefiado pelo senador Barros de Carvalho, desertou da coligação, aliou-se ao PSD e tem como candidato o sr. Antônio Pereira, comprometido com o estelinismo. Tal candidatura representa os interesses de grupos reacionários, antinacionalistas, empenhados em dividir e debilitar a coligação, isolar o governador Cid Sampaio das massas populares, criando-lhe obstáculos e problemas de todos os tipos, e afastá-lo do comunismo, que têm sido seus desintereçados e consequentes aliados.

Se no plano geral do pleito de 2 de agosto as possibilidades se apresentam favoráveis à vitória das forças e correntes anti-estelinistas, democráticas e nacionalistas, nem por isso a batalha eleitoral se apresenta menos árdua e difícil de vez que a UDN também atua, não raro, no sentido de embarçar os contactos e ligações do governador Cid Sampaio com os setores de vanguarda da coligação.

SENADORES POR DECRETO

A chamada emenda dos conselheiros, que está provocando aceros debates na Câmara, possui caráter acendradamente antidemocrático. Visa, em última análise, a transformar os presidentes da República e até seus eventuais substitutos em senadores por decreto e vitalícios.

Viola-se, assim, o princípio constitucional básico de que todo o poder emana do povo e em seu nome deve ser exercido. Os "conselheiros da República" passariam a integrar o Congresso Nacional sem se submeter à escolha popular. Não seriam votados, não seriam eleitos. Mas transformados em senadores por decreto. Escolhidos para exercer um mandato, passariam a ter direito a dois. E na candidatura se beneficiariam sempre mesmo aqueles que, sem terem recebido do povo o mandato de presidente da República viessem a exercer eventualmente por um dia que fosse. Isto tudo com efeito retroativo, vale dizer, abrangendo todos os que se passaram pelo Castelo.

É tão estranho conceito da República seriam ganhos por uma vitalidade. Colocar-se-iam fora da vigilância e do controle populares. Exerceriam mandatos perpetuos, sem que seus atos pudessem receber o julgamento que o eleitorado normalmente renderia através do voto, reconduzindo ou não, nas eleições, aqueles que foram levados a tal situação por quem o princípio de uma democracia e mesmo o da revogação pelo povo do mandato dos seus representantes revelaram necessariamente a escolha. Mas

os "conselheiros" da República, conduzida ao Senado a revelia do povo, à sua revelia, a permaneceria durante toda a vida.

São justas, pois, as críticas feitas à chamada emenda dos conselheiros. É lamentável que, insistindo na sua aprovação, o sr. Juscelino Kubitschek de oportunidade a que o lacerdismo encontra terreno propício a desbravar a demagogia.

INICIADA A REFORMA DO MINISTÉRIO

Demitido Roberto Campos

Teve início, afinal, a reforma do Ministério. O sr. Amador Peixoto, que há pouco deixou a Embaixada do Brasil em Washington, foi nomeado ministro da Viação. O antigo titular, sr. Lúcio Meira, foi deslocado para a presidência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, cargo que vinha sendo ocupado pelo sr. Roberto Campos, um dos mais ativos elementos do grupo entreguista no seio do Governo.

Com a chegada do sr. João Goulart e decidido o apoio do PSD ao marechal Teixeira Lott, espera-se que as demais mudanças no Ministério sejam anunciadas nos próximos dias.

UMA EXIGÊNCIA NACIONAL O REATAMENTO DE RELAÇÕES

A normalização das relações do Brasil com os países socialistas é uma exigência nacional. Entidades e personalidades representativas de todos os setores sociais — dos operários e estudantes aos comerciantes e industriais — reclamam do Governo a ampliação de nosso comércio exterior, através do restabelecimento dos laços com a União Soviética, a China Popular e demais países socialistas.

Damos nesta página alguns pronunciamentos, dentre inúmeros outros, a favor do reatamento de relações com as nações do campo socialista.

PROGRAMA DO PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO, aprovado na última Convenção Nacional, em maio deste ano:

«No plano externo:

1 — Relações diplomáticas e intercâmbio comercial e cultural com todos os povos.

PROGRAMA DO PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO, aprovado em 1954:

«A política externa será orientada pelo princípio de igualdade de direitos e deveres entre as nações, e visará o desenvolvimento pacífico das relações entre elas.

PROGRAMA MÍNIMO DO PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO, aprovado na Convenção Regional do Distrito Federal como base para o apoio ao marechal Teixeira Lott nas eleições de 1960:

«6. Relações diplomáticas e comerciais com todos os países.»

CONFEDERAÇÕES NACIONAIS DOS TRABALHADORES (CNTL, CNTC e CNTT), no Manifesto de 1.º de maio deste ano:

Os trabalhadores, como todos os patriotas, reclamam e insistem para que terminem as vacilações do Governo em estabelecer relações comerciais e de amizade com todos os povos do mundo, tendo em vista a conveniência de imediata expansão do nosso mercado internacional. Somos um país soberano e não podemos ser um instrumento de divisão, mas um fator para a manutenção da paz no mundo.

FRENTE PARLAMENTAR NACIONALISTA (compromisso firmado pelos deputados que integram a FPN):

— Luta contra os obstáculos que impeçam, com limitações ou discriminações, o acesso da produção brasileira aos mercados mundiais.

Além disto um dos itens principais do questionário apresentado pela FPN ao marechal Teixeira Lott é a ampliação do nosso comércio exterior.

ESTUDO ECONÔMICO DO ITAMARATI, que serviu de base para as propostas da delegação brasileira ao «Comitê dos 21», reunido em Washington:

— Se quantitativamente a União Soviética será a maior unidade econômica, qualitativamente apresentará aspectos extremamente interessantes para os países em desenvolvi-

mento econômico. Esses aspectos são o resultado do desenvolvimento relativamente mais intenso (do que em países capitalistas) de suas indústrias de bens de capital e sua experiência mais recente e, de certa forma, mais relevante para países subdesenvolvidos, de formas de industrialização mais flexíveis, através da utilização de maiores variações de densidade relativas de fatores de produção. Dessa maneira, o equipamento produzido na União Soviética é menos rígido do que o produzido nos Estados Unidos da América, cuja alta densidade é capaz, quando aplicada a países subdesenvolvidos, de criar desemprego, em vez de aumentar os níveis existentes de emprego.

A utilização de equipamentos soviéticos pode, assim, em muitos casos, apresentar grandes vantagens econômicas com relação à importação de equipamentos de outras regiões superindustrializadas.

— Na medida em que diferentes países progredirem, quer sob o regime de centralização planificada, quer meramente sob o impacto da assistência soviética, será necessário ao Brasil adaptar-se a essas modificações e crescimento, encontrando meios de cooperar com os mesmos tendo em vista a necessidade de acelerar o seu próprio desenvolvimento.

XII CONGRESSO NACIONAL DOS ESTUDANTES (julho/agosto de 1959):

— Reconhecem os estudantes a necessidade de seguir o Brasil uma política econômica baseada na

competição pacífica entre todos os países no terreno diplomático, comercial, cultural, ressalvados os superiores interesses da nação.

«DESENVOLVIMENTO E CONJUNTURA», órgão da CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (Editorial do n.º 1, de janeiro de 1958):

— «Ao tratar do problema do café não será possível deixar de encerrar a necessidade de expandir o mercado internacional. Os países do Leste europeu têm demonstrado interesse em adquirir café e outros produtos agrícolas latino-americanos. Há indícios de que, em consequência do processo tecnológico al-

cançado pela Rússia, começa a processar-se a diversificação do seu consumo interno; é provável que essa tendência se amplie no futuro... Para os países produtores de café isto se traduz na afirmação de que a demanda potencial por café tende naqueles países a expandir-se gradualmente, à medida que se diversifica o consumo.

II CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE COMÉRCIO EXTERIOR, promovida pela Federação das Associações Comerciais do Brasil (junho de 1958):

Indicação n.º 1 da II Comissão: «1. Conquista de novos mercados.»

REVISTA DO CLUBE MILITAR (Editorial do n.º 152, de 1959):

«A ampliação dos mercados de consumo internos e obtenção de novos mercados externos é um dos pontos básicos em torno dos quais o Brasil se agita na luta por sua emancipação econômica.»

FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO ATACADISTA, por seu presidente, sr. Alcebiades Antognini:

— O país deve abrir mercados onde quer que estejam, visando a vender mais e melhor nossos produtos.

MEMORIAL DE SÃO PAULO A JK, JANGO E LOTT

54 deputados, 11 federações sindicais, 41 sindicatos operários, 30 organizações de amigos de bairro, 9 grêmios estudantis e a FARESP reclamam relações com a URSS — Entregue ontem o documento

Entidades e personalidades representativas de todas as camadas, classes sociais e setores de atividades de São Paulo endereçaram um memorial ao presidente Kubitschek, ao vice João Goulart e ao ministro Teixeira Lott reclamando o restabelecimento de relações comerciais com a União Soviética e demais países socialistas.

O memorial salienta que a medida reclamada se torna indispensável «para tornar possível o escoamento dos excedentes exportáveis, aumentando assim a nossa capacidade de exportação e de importação».

O importante documento foi assinado por 54 deputados, 11 federações sindicais, 41 sindicatos, 30 organizações de amigos de bairro, 9 grêmios estudantis (univer-

sitários e secundários) e pela FARESP (Federação das Associações Rurais do Estado de São Paulo).

O Presidente da República recebeu o memorial na manhã do dia 22 do corrente, em audiência concedida no Palácio do Catete, das mãos de uma delegação composta de representantes de 20 sindicatos, 5 federações sindicais, diretores da Federação das Sociedades de Amigos de Bairro, e de líderes camponeses de Santa Fé do Sul. A resolução de envio do documento ao sr. Juscelino Kubitschek, foi adotada na assembléia realizada no dia 30 de junho passado, quando diversas entidades e líderes paulistas se reuniram para cuidar dos preparativos da I Convenção Estadual Contra a Carestia, programada para os dias 7, 8 e 9 de agosto próximo.

NÃO HÁ LEI QUE PROÍBE, MAS TAMBÉM NÃO HÁ LEI QUE PERMITE:

PODENDO ESCOLHER A SUMOC ESCOLHE CONTRA O BRASIL

O escândalo da «Brascan»: instrumento do Light para burlar a lei — Capitais nacionais são desviados para empresas estrangeiras, e as autoridades fecham os olhos — Lucros de dois mil e quatro mil por cento são remetidos para as matrizes nos Estados Unidos — Deboche e cinismo na resposta da SUMOC à Câmara dos Deputados

«Ebasco». É um artifício destinado a burlar a legislação sobre empresas de serviço público, que limita a 10% sobre o capital os lucros dessas empresas, e calcula em função desse limite as tarifas de seus serviços. Pagando serviços inexistentes a uma empresa do mesmo holding, «traçando o desenho do hótel», na expressão de um deputado gaúcho, as empresas dos grupos Light e Bond and Share fazem troca dessa limitação legal e remetem para as suas matrizes, na América do Norte, novas parcelas de seus excedentes de lucros.

Dois conhecidos diretores estrangeiros das empresas do grupo Light — Srs. Henry Borden e James Henry A'Court — e desigualmente, com hegemonia, de ferro brasileiro dessas empresas — Srs. Antônio Galotti e Antônio Augusto de Azevedo Souza — são os diretores da Brascan. Em 1958, esta ilustra representante do livro inicial, cujo capital registrado é de Cr\$ 10 milhões, acusou um lucro líquido de Cr\$ 187,7 milhões, e mais um lucro transferido para o fundo de reservas de Cr\$ 9,9 milhões, o que totaliza um lucro anual de Cr\$ 197,6

milhões, correspondente a 1.976% sobre o capital. Tudo incluído que todo o lucro líquido da Brascan foi transferido, em dólares, para os Estados Unidos. A SUMOC interpelada a respeito pelo deputado Sérgio Magalhães, respondeu com evasivas, alegando não ter elementos para controlar as atividades de empresas desse tipo. Isso é mais uma indicação de que o lucro foi efetivamente remetido, pois se não o tivesse sido, a SUMOC se teria apressado em desautorizar a suspeita.

Na medida em que a Light se interessa pela colação de títulos e ações no mercado interno de capitais, o «Brascan» corresponde a função nominal de empresa de investimentos, e por seu intermédio a Light passa a operar em a chamada poupança interna brasileira dos capitais particulares. Nessa medida, a «Brascan» se identifica com as dezenas de empresas estrangeiras que atualmente trabalham no mercado interno de capitais, desviando para investidores estrangeiros no País uma parte considerável dos capitais brasileiros disponíveis para investimento, com a cumplicidade das autoridades brasileiras, e apesar da indi-

matrizes no exterior. As quais remetem, em dólares, seus vultuosos lucros, regra geral não investiram aqui um só centavo de capital estrangeiro. O capital com que operam é constituído aqui mesmo, geralmente na forma de ações compradas por empresas estrangeiras do mesmo holding, instaladas no país antes delas.

Muitas vezes esses investidores estrangeiros nem sequer procuram guardar as aparências. E o caso, por exemplo, da Ford Motor do Brasil S/A, empresa com sede em São Paulo e que se dedica a colocar ações da fábrica de automóveis com o mesmo nome, no mercado interno brasileiro. Esta empresa tem um capital de Cr\$ 500 mil e acusou, em 1958, um lucro líquido de Cr\$ 21 milhões, ou seja, de 4.800%. Idêntico é o caso da General Motors Acceptance Corporation, South America, com um capital de Cr\$ 250 mil, e que acusou em 58 um lucro líquido superior a Cr\$ 5 milhões, ou seja, mais de 2.000%.

Na interpelação do deputado Sérgio Magalhães a SUMOC foi perguntada porque permitia tais remessas para o exterior, de lucros não correspondentes a capital estrangeiro investido, quando não há lei que o permita. Não há lei que o proíba, respondeu a SUMOC. O cinismo da resposta é por demais evidente, e dispensa comentários.

Personalidades Pelo Reatamento

Através de conferências, entrevistas ou outros pronunciamentos as seguintes personalidades — dentre muitas outras — já se manifestaram favoravelmente ao reatamento de relações com os países socialistas:



— José Maria Alkim, ex-ministro da Fazenda.



— Roland Corbier, diretor do ISEB.



— Augusto Frederico Schmidt, representante do Brasil na OPA.



— Clóvis Salgado, ministro da Educação e Cultura.



— João Goulart, vice-presidente da República.



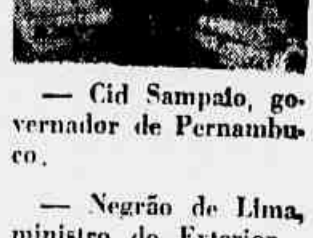
— Sebastião Pais de Almeida, ministro interino da Fazenda.



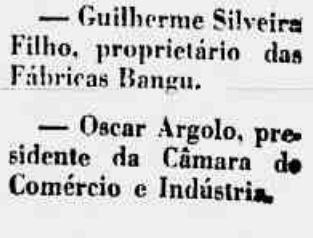
— Oswaldo Aranha, ex-presidente da ONU.



— Cid Sampaio, governador de Pernambuco.



— Negrão de Lima, ministro do Exterior.



— Renato Costa Lima, presidente do IBC.

“SAGA” - Editora Da Standard

Uma nova editora foi fundada recentemente no Rio: “Saga”. Nada tem a ver, ao que parece, com as antigas lendas escandinavas, como poderia fazer crer seu nome. Como há outro significado para o termo — “bruxa ou feiticeira entre os romanos” — pode ser que se trate desta significação. É verdade que os dicionários indicam ainda outro sentido: saga, gênero de insetos saltadores.

Mas a editora “Saga”, dirigida pelo sr. Osvaldo Peralva, que saiu das fileiras comunistas para o “socialismo suco”, está adquirindo personalidade própria: está lançando livros que, antes de tudo, se caracterizam pelo anticomunismo e pelo anticomunismo, livros que divulgam mentiras e calúnias. Esta é a sua marca.

Como se trata de uma espécie de literatura de procura limitada, dificilmente poderia manter-se uma casa editora especializada em obras que não interessam ao povo, no grande público. Não há dúvida que sendo por isso deficiente, algum ou alguma entidade suporta o déficit.

Até há pouco havia dúvida de onde saíam os fundos necessários para imprimir tais livros. Mas pelo menos uma ponta do véu acaba de ser levantada pelo sr. Gondim da Fonseca, quando escreveu, a propósito do acórdão de Roberto:

“Já a Standard pagou a certo escriba dois mil contos para fabricar um livro em defesa dessa malandragem, e vai lançá-lo através de sua editora. — a “Saga”. Isso é o que me garantem de modo positivo, certo. (O Semanário, n.º 158).”

É necessário acrescentar mais alguma coisa? Ai está o perfeitamente identificados anticomunismo, anti-sovietismo e defesa de acordos que interessam aos monopólios norte-americanos.

BASTA DE PROTELACÕES

- 1 — Lei Orgânica da Previdência Social até 3 de outubro
- 2 — O parecer Lima Teixeira é decisivo
- 3 — 7 de agosto, dia de luta pela previdência social

ROBERTO MOREIRA

Desde o dia 8 de junho se encontra em mãos dos senadores da Comissão de Legislação Social o parecer apresentado pelo senador João Lima Teixeira (PTB) ao Projeto de Lei da Câmara dos Deputados número 10 — 1958 (número 2.119-C de 1956). Esse parecer contém 113 emendas, todas elas introduzindo algumas modificações naquele projeto.

Na introdução, desse longo parecer, o relator declara que ouviu a "todos quantos nos quiseram trazer sugestões e, tendo em vista a importância da contribuição oferecida pela I Conferência Sindical Nacional realizada com os membros de sua Comissão de Estudos diversas reuniões, a que compareceram outros representantes classistas e nas quais foram trocadas, com real proveito para o esclarecimento de momentosas questões, ideias sobre quase todas as disposições do Projeto".

Como se pode deduzir dessas palavras, o pensamento do movimento sindical em geral está expresso nesse parecer. Não se justificam, portanto, mais protelações e nem mais emendas ou subemendas. O Senador Rui Carneiro (PSD) já conseguiu obter o exame desse parecer até agora sob a falsa alegação de que era necessária a sua publicação para estudos, agora alegando de novo a ausência do senador. Vidasões de propor novas emendas. Ora todos sabem que esse senador da UDN é especialmente contrário a exclusividade das operações do seguro de acidentes do trabalho pelas instituições de previdência social. Convém lembrar que a Comissão de Constituição e Justiça, pelo voto de desempate, foi proposta a supressão dos arts. 201 e 202 que concedem essa exclusividade aos institutos

caixas de previdência social. Os trabalhadores e as entidades sindicais não devem permitir que essas manobras retardem o andamento do projeto. Para isso é que se estão mobilizando num movimento que terá como ponto alto o dia 7 de agosto próximo, Dia Nacional da Previdência Social e do Direito de Greve.

O PARECER LIMA TEIXEIRA

Os fundamentos do parecer Lima Teixeira sustentam alguns pontos defendidos pelos trabalhadores. Primeiro mantém as conquistas já asseguradas em leis anteriores, no tocante ao valor das pensões e aposentadorias. Não se trata de nenhum favor, pois os marítimos e ferroviários, os bancários, já tinham benefícios melhores que os demais. No dia 13 de maio de 1958 foi estendido o sistema aplicado no IAPB a todos os demais institutos. Assim na emenda 23 da Comissão de Legislação Social propõe-se uma redução ao art. 22 do projeto de lei da Câmara, que especifica em que consistem os benefícios e serviços prestados pelas instituições de previdência: aposentadoria por invalidez, por velhice, especial, por tempo de serviço, auxílio natalidade, funeral e pecúnia. Para os dependentes: pensão auxílio-reclusão e pensão. Em geral, os serviços de assistência médica, alimentar, complementar e reeducativa e de readaptação profissional.

Segundo, estabelece a exclusividade como já dissemos, dos serviços de seguro de acidentes do trabalho às instituições de previdência social dando o prazo de dois anos para essa adaptação indispensável e resguardando os interesses dos empregados

das companhias privadas que exploram esse serviço. Terceiro, no tocante à dívida da União (vultosa) estabelecerá que será incluída no orçamento da União, uma "importância suficiente para atender ao pagamento do pessoal e das despesas de administração geral das instituições", como gastos do MTIC, sob o título "Previdência Social". Esta é uma inovação importante pois é pela primeira vez que se propõe a inclusão no orçamento da União de gastos com a previdência. Quarto, no que se refere à administração se assegura a "direção controlada das instituições e dos órgãos do controle administrativo, com representação legal dos segurados, dos empregadores e do Estado".

PREPARAR O DIA 7 DE AGOSTO

Podemos examinar mais em detalhe esse parecer. Previamente, de acordo, isso se fará nas organizações sindicais e nos locais de trabalho. Todos os trabalhadores e os militantes sindicais devem colaborar bem. É um meio para mobilizar conscientemente a grande massa trabalhadora, toda unida e em movimento não permitirá mais manobras e protelações dos senadores e deputados.

Tratamos a responsabilidade da grande mobilização do dia 7 de agosto cabe em primeiro lugar às confederações e federações. Têm meios para fazê-lo. Publicar material explicativo, realizar reuniões em todos os Estados, fazer palestras elucidativas nas sedes dos sindicatos e nas fábricas. Realizar, sem des-cansa, visitas e concentrações nas casas legislativas. Não dar tréguas aos legisladores, para de buscar manobras manobras. No dia 7 de agosto daremos um ba-

lance completo da mobilização dos trabalhadores e poderemos tomar novas medidas a fim de que até 3 de outubro essa lei e a que regulamenta o direito de greve sejam definitivamente terminadas e entrem em execução.

Portanto, nada de esperar. Cada dirigente sindical e cada trabalhador se dirija ao Senado e diga aos seus ocupantes que cumpram seu dever. Que a palavra-de-ordem das confederações, federações, e dos sindicatos — Leis Orgânica da Previdência Social e a que regulamenta o Direito de Greve, até 3 de outubro — seja nossa preocupação diária e o traço de união entre os trabalhadores, para conquista definitiva dessas duas, inadiáveis reivindicações.



EMPREGADOS EM PRODUTOS FARMACÊUTICOS VÃO RECEBER 30% DE AUMENTO SALARIAL

Em sua última assembleia, realizada na sede do Sindicato dos Têxteis, os trabalhadores em produtos farmacêuticos resolveram aceitar a fixação de um novo acordo salarial na base de 30% de aumento, com um mínimo de Cr\$ 2.200,00. A melhoria salarial será paga a partir de 1 de agosto próximo, mas os trabalhadores só a receberão

depois que foram reajustados os preços dos produtos farmacêuticos. Serão beneficiados pelo recente acordo cerca de 15 mil trabalhadores que, inicialmente estavam pleiteando um aumento de 40%. Na foto, um aspecto da assembleia que decidiu aceitar a proposta conciliatória.

ENQUANTO O GOVERNO VACILA

A Ferrugem Ataca a Fábrica Do Galeão

Grupo interessado em negociar com a compra de aviões no exterior entrava a solução do caso da Fokker

Reportagem de NILSON AZEVEDO

Há dois meses a Fokker Indústria Aeronáutica S.A., instalada na fábrica de aviões da FAB, no Galeão, requereu concordata, fechou os portões do estabelecimento e jogou na rua os seus 800 operários, sem lhes pagar o aviso prévio, a indenização e as férias

que faziam jus. Desde então os trabalhadores dispensados vêm desenvolvendo intensa atividade junto às autoridades competentes visando não apenas a assegurar os seus direitos, mas, sobretudo, a garantir a continuidade da fabricação de aviões, nas oficinas do Galeão, de propriedade nacional e avaliadas em mais de um bilhão de cruzeiros.

A luta dos ex-operários da Fokker é liderada pelos sindicatos dos metalúrgicos, aeroviaristas e aeronautas, e conta com o apoio crescente dos patriotas das forças armadas, e muito em particular, dos jovens alunos da escola de cadetes da aeronáutica, que não escondem sua preferência pelo treinamento nos aviões de fabricação nacional, que vão se impondo pela eficiência de sua construção.

PROMESSAS

Assediadas pelos trabalhadores e outros setores de opinião, que não lhes têm dado tréguas, as autoridades governamentais, parecendo, a princípio, indiferentes à sorte da indústria aeronáutica nacional, prometeram providenciar a imediata reabertura

do importante estabelecimento e a readmissão dos operários dispensados, os quais, trabalhando há 5 anos para a Fokker, tornaram-se especialistas na fabricação de aviões. Estes homens, inclusive 25 engenheiros brasileiros tomados de um justo orgulho profissional e patriótico, querem continuar produzindo aviões e se propõem a construir, em curto prazo, aviões comerciais, destinados ao transporte de carga e de passageiros.

Mas o Governo, apesar das promessas, vem retardando a solução do problema. Enquanto isso, os trabalhadores e suas famílias continuam enfrentando as dificuldades decorrentes do desemprego, alguns passando vexames e privações. Por outro lado, as instalações do Galeão, avaliadas em mais de um bilhão de cruzeiros permanecem totalmente abandonadas, feroz patrimônio, pertencente ao Ministério da Aeronáutica, está sendo criminalmente inutilizado pela ferrugem, que vai corroendo os aparelhos de precisão e os estoques de matéria prima que lá se encontram. O Ministro da Aeronáutica, até hoje não foi capaz de designar uma equipe de operários para se incumbir da limpeza e conservação do valioso patrimônio.

no, no prazo máximo de cinco anos, o seguinte: 95 aviões S-11, 50 S-12, 45 S-14, fabricados no Brasil; 5 S-11 e 5 S-14 montados no Brasil. O total dessa encomenda foi orçado em 400 milhões de cruzeiros, e o contrato foi feito na base de administração, devendo o custo real ser acrescido de um lucro bruto de 15%. A Fokker, desse modo, teve assegurado um lucro de 15% sobre todas as despesas realizadas.

Em princípios de agosto de 1956, em virtude de solicitação da Fokker, ficou assinado com o Ministério da Aeronáutica uma prorrogação dos prazos de entrega da encomenda por mais 17 meses. Passou mais seis meses e a Fokker não cumpriu com as suas obrigações. Tendo apontado apenas 95 aviões S-11, 5 S-12, e cerca de 100 aviões S-14, finalmente alegando que o seu contrato com o governo se tornou ruinoso, que o pagamento das aeronaves foi feito com atraso, etc., a Fokker, no dia 27 do corrente entrou com um pedido de concordata na 10ª Vara Cível. No dia 29, mandou embora os seus empregados. Sabese, entretanto, que o governo cumpra rigorosamente o contrato.

RESCISÃO DO CONTRATO

O Ministro da Aeronáutica, por sua vez, atendendo ao clamor dos trabalhadores, que a essa altura já haviam realizado várias concentrações no Galeão, Senado, Câmara Federal e Municipal e Ministério do Trabalho, solicitando a reabertura da fábrica e a readmissão dos operários, resolveu, no dia 11 do corrente, rescindir o contrato firmado com a Fokker, e promover aos trabalhadores que foram para o Tribunal de Contas através de rescrição a fábrica voltar a funcionar sob a orientação do Governo, que determinou a imediata readmissão de todos os ex-operários da Fokker.

De acordo com os últimos esclarecimentos do Engenheiro Demétrio Lima Teixeira, da aeronáutica Militar, a fábrica do Galeão está pronta para voltar a funcionar sob a orientação do Governo, que determinou a imediata readmissão de todos os ex-operários da Fokker.

Em 10 de setembro de 1953 a Fokker se comprometeu a fornecer ao govt-

no, no prazo máximo de cinco anos, o seguinte: 95 aviões S-11, 50 S-12, 45 S-14, fabricados no Brasil; 5 S-11 e 5 S-14 montados no Brasil. O total dessa encomenda foi orçado em 400 milhões de cruzeiros, e o contrato foi feito na base de administração, devendo o custo real ser acrescido de um lucro bruto de 15%. A Fokker, desse modo, teve assegurado um lucro de 15% sobre todas as despesas realizadas.

Em 10 de setembro de 1953 a Fokker se comprometeu a fornecer ao govt-

BELEM DO PARÁ:

Governo Passa Calote Engenheiro Enriquece Servidores Sofrem

BELEM (Do Correspondente) — Há sete meses que os 308 maristas do 2º Distrito do Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais, situada nesta capital, não recebem os seus vencimentos. Esses homens, contando em sua maioria de cinco a vinte anos de serviço encontram-se em situação verdadeiramente desesperadora não sabendo mais o que fazer para

conseguir o sustento de suas famílias.

Enquanto isso o diretor do Distrito, engenheiro Moacyr Lobato D'Almeida, vai conquistando rapidamente a sua fortuna pessoal. Os trabalhadores nada temiam com o enriquecimento fantástico do chefe de enfermagem, não possuíam consciência de fatos curtos como os que se seguem. É o Diretor alega absoluta falta de verba para proceder ao pagamento ao pessoal, mas não fez nenhuma referência aos sete milhões de cruzeiros que recebeu por conta do convênio assinado com a Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia (2). O Diretor vendeu estacas de aço para bargagem no valor de 14 milhões de cruzeiros, e não prestou contas disso à União.

Depois desses acontecimentos, o sr. Moacyr Lobato D'Almeida adquiriu para si as seguintes propriedades: ao seu prédio na Avenida Brasil, 423, por um milhão e 800 mil cruzeiros; ao seu casa no Parque Verde no

valor de um milhão e 500 mil cruzeiros; e um terreno na rua Benjamin Constant por um milhão de cruzeiros; do seu casa de veraneio em Salsadas por um milhão de cruzeiros. Além disso o referido chefe possui para o seu próprio nome o automóvel destinado ao 2º Distrito, e comprou um barco, matriculado por dois milhões de cruzeiros, para "servir" ao 2º Distrito. Para ocultar todas essas irregularidades enviou para o Rio uma comissão de servidores.



Bonedito Cerqueira, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos.

DESENTERRADO O MONSTRENGO

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL CONSIDEROU EM VIGOR O 9.070

Enquanto os senadores retardam a aprovação do projeto de lei que regulamenta o direito de greve (artigo 158 da Constituição) vários Ministros do Supremo Tribunal Federal decidem que o monstrengo Decreto-lei n. 9.070 é legal.

O Ministro Luís Gallotti, num voto proferido no STF, disse essas palavras: «O Decreto-lei n. 9.070 foi julgado constitucional por esta Corte Suprema, porque o artigo 158 da Constituição assegura o direito de greve, mas acrescenta que seu exercício será regulado em lei. Portanto importa que essa lei seja anterior à Constituição, pois só estaria revogado por esta, se fizesse com ela incompatível. Com isso o Ministro Gallotti justifica a constitucionalidade do 9.070, chegando ao cúmulo de não ver incompatibilida-

de entre a Constituição (que assegura o direito de greve) e o 9.070 (que nega esse direito). Esse voto foi aceito pela maioria dos ministros do Supremo Tribunal Federal e representa um atentado aos direitos dos trabalhadores.

Esse pronunciamento do STF coloca com mais vigor na ordem do dia a luta séria e ampla para que o Senado Federal termine de vez a aprovação da lei que regulamenta o direito de greve. Caso contrário, continuarão a ser ameaçados todos os planos de reivindicações dos trabalhadores, liberdade e a autonomia sindicais. Exigindo que os legisladores acabem com essa luta inútil, terão os trabalhadores afastado as ameaças aos seus direitos.

Eleições nos Marceneiros

Nos dias 14, 15 e 16 do corrente mês realizaram-se as eleições no Sindicato dos Oficiais Marceneiros (OPM). Concorreram duas chapas. A Chapa Democrática e Progressista foi a vencedora. Dos 1430 votantes ignoram ultrapassado, conseguiu 1807 votos; e a chamada Unidade e Ação, 423. Mas nove urnas a primeira ganhou o pleito em oito delas. A disputa foi acirrada com grande interesse por todos os trabalhadores da indústria do mobiliário, serriários e carpinteiros.

A Diretoria eleita é a seguinte: João Amador de Menezes, Sebastião Alves Maciel, João Sobrinho, Selastino Alves da Silva, Ivo Barbosa Moura, Gerardo Melo da Costa e Roberto Moura. Para o Conselho Fiscal: Elcio Leal, Elcídio Euzébio Pereira, João Alves da Silva e Sebastião Constantino. Para o Conselho de Fomento: Roberto Moura, Adelson L. Pinto, Santo Pedro de Alcântara.

Aumento para os aeronautas

Até mesmo tempo em que se preparam para receber o líder Ernesto Costa Fontana nas eleições para a Diretoria do Sindicato, promulgado pela primeira vez em 1959, os aeronautas também estão se preparando para o pleito eleitoral. A comissão eleitoral foi formada em 26 de julho e pela reunião convocada da comissão para discutir a proposta de aumento dos salários dos aeronautas do ar.

Escandalosa intervenção em favor da Bond & Share e da Light

Escandalosa intervenção de sr. Lucas Lopes no Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica em benefício da Light e da Bond & Share — Empresa, esta última da qual o antigo servidor foi revelado no depoimento prestado ante a Comissão Parlamentar de Inquérito, na reunião de quinta-feira última, pelo general Pio Borges presidente do Conselho. A intervenção do ministro, feita inicialmente através do outro dos servidores da Bond & Share, sr. Bulhões Pedreira e John Cotrim, foi posteriormente oficializada.

CONTROVERSIA NO CONSELHO

A nova lei do imposto de renda (lei n.º 3.170 de 28 de novembro de 1958), em seu art. 57 dispõe sobre a reavaliação de ativos immobilizados das firmas ou sociedades, sendo, todavia, que no que diz respeito às empresas concessionárias de serviços de eletricidade, existe legislação específica, como é o caso do Código de Águas. Eis por que, ao ser tratada a questão no Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, dúvidas foram levantadas

quanto à aplicabilidade do mencionado artigo 57 às empresas concessionárias daqueles serviços públicos.

Depois de a comissão parlamentar que investiga tais empresas, revelou o general Pio Borges que as dívidas surgidas no Conselho referem-se fundamentalmente a 3 questões — tarifas, reversão e encampação das empresas — nas suas representações sobre o decreto-lei 11.019, que regulamenta dispositivos do Código de Águas. Como a lei do imposto de renda é uma lei especial — esclareceu o general Pio Borges — houve controvérsias no Conselho sobre se a que nela se dispõe revoga o estabelecido em outra lei especial — o decreto 11.019. Por essa razão, decidiu o Conselho ouvir a respeito o Consultor Geral da República, a quem está entregue o assunto, no momento.

ONDE ENTRA A BOND & SHARE

Por todas estas razões, sóa como ainda mais escandalosa a intervenção do sr. Lucas Lopes, revelada à Comissão de Inquérito pelo general Pio Borges. Declarou

LUCAS LOPES DENUNCIADO NA COMISSÃO PARLAMENTAR

Interferiu indebitamente junto ao Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica para levar aquele órgão a aprovar a regulamentação de uma lei sobre reavaliação de ativos dos trustes de energia elétrica — Nem no Conselho há unanimidade sobre o assunto, que está entregue ao Consultor Geral da República — O importante depoimento do general Pio Borges ante a Comissão

Parlamentar de Inquérito

aquela alta autoridade ter sido procurado pelo engenheiro John Cotrim e o advogado Bulhões Pedreira, os quais lhe fizeram entrega de uma minuta para regulamentação do artigo 57 da lei do imposto de renda, esclarecendo estarem ali na condição de emissários do ministro Lucas Lopes. Como não tivessem levado qualquer credencial, declarou-lhe o general que só poderia processar a minuta se recebesse do

documento oficial do Ministério da Fazenda. E efetivamente, dois dias depois, acrescentou o general Pio Borges, recebia um ofício do ministro Lucas Lopes fornecendo o documento, embora omitindo os nomes dos srs. Cotrim e Pedreira.

Durante os trabalhos da Comissão, os deputados Bileu Pinto, Mário Gomes, Souza Leão e Barbosa Lima Sobrinho fizeram várias perguntas a respeito, ficando esclarecido que os srs. Bulhões Pedreira e John Cotrim não são funcionários do Ministério da Fazenda. Ora, não sendo as duas mencionadas figuras funcionários da Fazenda ou do Conselho só resta uma explicação para o seu gesto: continuam a defender ativamente — e muito bem apadrinhados — os interesses da Bond & Share, da qual é advogado o sr. Bulhões Pedreira e da qual é funcionário o engenheiro John Cotrim atualmente empregado pela B&S no zôvêro federal para presidir a Central Elétrica de Furnas.

LUCAS LOPES EM AÇÃO

As revelações surgidas na Comissão de Inquérito não põem mal a sr. Lucas Lopes apenas nesta questão do apa-

drinhamento dos dois emissários. Não escapou à sagacidade do deputado Bileu Pinto e outros membros da Comissão o fato de ter o ministro Lucas Lopes oficializado a minuta que — ao que tudo indica — foi elaborada pela própria contabilidade da empresa americana. Assim, foi indagado ao general Pio Borges porque presidente o ministro Lucas Lopes tomara tal iniciativa, quando é o Ministério da Agricultura — e não o da Fazenda — que tem a atribuição no caso das empresas concessionárias de energia elétrica. Em resposta, declarou o general Pio Borges que ignorava os motivos. De fato, é muito difícil explicar a atitude do ministro da Fazenda — exceto se se atentar para suas ligações com a Bond & Share. Porque, como ministro da Fazenda, só sob um aspecto poderia interessar-lhe o artigo 57 da lei 3.170: o da cobrança do imposto de renda. E neste particular a Divisão do Imposto de Renda já há cerca de dois meses baixou a regulamentação que lhe compete, sob a forma de um orden de serviço.

Além disto, como explicar o acodamento do ministro Lucas Lopes em relação a um ato do Conselho Nacional de Águas e Energia Elé-

trica, sobre o qual não há um ponto de vista definido no próprio Conselho? Realmente, se o Conselho perfilhasse a minuta oficializada pelo ministro Lopes, transformando-a em lei, teria derogado, com esse só ato, o critério da custo histórico, previsto pelo Código de Águas em relação às empresas de eletricidade. E, ao mesmo tempo, teria deixado de existir a dívida que levou o Conselho a submeter o assunto ao Consultor Geral da República.

A SERVIÇO DOS TRUSTES

A quem interessa, senão a Bond & Share e a Light a alteração do critério do custo histórico? Segundo o decreto 11.019, a investigação das empresas de eletricidade é feita e permanentemente empregada na

propriedade do concessionário. E logo a seguir, estabelece o que é custo histórico da propriedade: a importância real e comprovadamente registrada em sua contabilidade.

A quem interessa revogar esse critério de modo a permitir o aumento das tarifas e o aumento do valor dos bens para efeito de reversão ou encampação? Só a Light e a Bond & Share.

Foi o serviço desses interesses que se colocou abertamente o sr. Lucas Lopes, através das encheidas figuras dos srs. John Cotrim e Bulhões Pedreira. E um fato, de domínio público, denunciado ante uma comissão parlamentar de inquérito, que alegou alguma poderíamos contestar. E, mais uma prova de que afirmamos os nacionalistas: Lucas Lopes é um entreguista.

A Ferrugem Ataca a Fábrica...

(Conclusão da 5.ª página)

rias. Os trabalhadores, entretanto, continuam mobilizados e dispostos a prosseguir a luta até que sejam realmente atendidos em suas reivindicações.

O fato de os trabalhadores prosseguirem no seu programa de luta pela reabertura da fábrica de aviões, mesmo depois das solenes e positivas promessas do Presidente da República, dos Ministros da Aeronáutica, do Trabalho e de outras autoridades, se deve aos rumores sobre a existência de um influente grupo enquistado no Ministério da Aeronáutica que estaria fazendo tudo para impedir a fabricação de aeronaves no Brasil.

As declarações do tenente-coronel Fernando Gagliano Hoel, representante do Ministério da Aeronáutica

junto a... afirmando que o presidente Kubitschek não pode prometer a reabertura de fábrica de aviões porque não entende do riscado, são tomadas pelos trabalhadores como uma insolente manifestação dessa tendência anti-patriótica que se sabe existir, principalmente entre os elementos interessados na continuidade das comissões de aviões de treinamento no exterior, que dão sempre margem para bons negócios.

Os ex-operários da Fokker, mantendo-se corajosos e decididos a lutar até o fim pelo direito de continuar fabricando aviões e de contribuir para o desenvolvimento da indústria aeronáutica no Brasil, são um soberbo exemplo de patriotismo e de ação vigilante em defesa da economia nacional.

SALASSIÉ I NA URSS



Em Leningrado, entre autoridades da go vêro local, Haile Salassié I, Imperador da Etiópia, aparece na foto, feita na histórica Catedral da Fortaleza de Pedro e Paulo, no momento em que se detinha diante do mausoléu de Pedro o Grande.

NOTA ECONÔMICA

POLITICA DE ACORDOS BILATERAIS

Uma das doutrinas persistentemente pregadas pelos portavoces do imperialismo norte-americano e a da liberalização completa da comércio internacional. Isto significa, em termos concretos, abolição dos controles estatais, dos sistemas cambiais seletivos, dos contingentes de importação, das tarifas aduaneiras protecionistas e, finalmente, dos acordos bilaterais. Acompanhada de sólidos argumentos doutrinários, esta doutrina é apresentada pelas autoridades latinas travestidas de economistas, ou pelos representantes das entidades ditas internacionais, mas subordinadas ao imperialismo norte-americano (FMI, BIRD et cetera). Alguns países, têm sido obrigados a engolir tal doutrina e a manter, no exemplo de que fez a Argentina recentemente com desastrosos resultados. O mais curioso é que os próprios Estados Unidos, apesar de todo o seu poderio econômico não costumam ser tão a doutrina que apregoam, uma vez que, quando lhes convém elevam as suas próprias tarifas aduaneiras e estabelecem quotas de importação. Assim, por exemplo, em setembro do ano passado, a governa Eisenhower, reduziu em um terço as quotas de importação de algodão e açúcar. Com isto, no momento da recessão, protegê-las em favor de produtores locais que empregam 2.200 operários, mantendo em contratação 10 milhões de consumidores na Zona do Comércio Exterior do Rio Grande, onde se encontra o México — que possui cerca de 50.000 habitantes — sob pena de extinção de comércio exterior. Uma das consequências é a concentração nos Estados Unidos de cerca de dois terços do ouro do mundo capitalista.

Nestas condições adotar a doutrina de acordos bilaterais obrigatório das fronteiras internacionais significa, portanto, a inviabilidade para uns poucos países ricos do mundo capitalista, que detêm o dólar, ou de outros países pobres, converterem a política de demonstração que tal doutrina e desastrosa e, por isto, por toda a parte generalizar-se os acordos bilaterais. Estes estabelecem quotas de produtos, em limites preferíveis, com a contabilidade das quotas que próprio países que realizam o acordo. Trata-se, pois, de fato de uma maneira de exportações vinculadas a importações. Por exemplo: café do Brasil por navios da Polónia.

No Brasil, a Lei 1.807 de 7-1-1953 proibiu, pelo seu artigo 9.º, a exportação vinculada à importação. Visava, com isto, por termo, as operações vinculadas do tempo da CEXIM que, levadas a efeito, sem normas de controle e seleção por firmas privadas, muitas delas estrangeiras, possibilitaram negociações e a entrada no país de artigos superfluos ou já produzidos internamente. Ao invés de estabelecer normas que disciplinassem as operações vinculadas, de acordo com critérios de proteção à economia nacional, o artigo 9.º da Lei 1807 impôs uma proibição absoluta e incondicional.

A prática demonstrou que seria desastroso levar a sério tal proibição em todos os casos. Valendo-se de artimanhas jurídicas, o próprio governo brasileiro continuou realizando acordos bilaterais, que implicam numa grande medida, em operações vinculadas. De outra maneira, não teria sido possível ao nosso país comerciar com a Argentina, Uruguai, Chile, com alguns países socialistas e muitos outros do mundo capitalista.

Acordos, porém, que a proibição legal continua a impedir que firmas privadas automaticamente nacionais realizem sob controle estatal, operações vinculadas que sejam vantajosas ao país, ampliando a área de sua exportação e possibilitando importações sem o custo de dólares fortes. Quanto ao governo brasileiro, embora recente acordos bilaterais, não por excesso de desejo de distorcer juridicamente, e não porque quer seguir uma política discriminatória e deliberada de comércio exterior. Substituíam-se assim a doutrina liberal dos círculos dirigentes de Washington.

É isto que deve acabar por completo. Sem uma política geral tendente aos acordos bilaterais, condicionados com o nosso comércio exterior amarrado à área do dólar, sem poder expandir na América Latina, na Ásia e, muito especialmente, no mundo socialista. Num editorial publicado em seu n.º 6 do ano passado a Revista do Conselho Nacional de Economia admite, por exemplo, que pode ser vantajoso o comércio com a URSS. Mas apresenta a dúvida seguinte: sob a condição de que esse comércio se processa em bases multilaterais com pagamento em moedas convertíveis. Com esta condição é óbvio, a economia brasileira, sob qualquer hipótese, ultrapassará um nível muito baixo, dado que a URSS não dispõe senão de pequenas reservas de moedas convertíveis. Como se vê, o ofício do CNE não escusa a sua posição contrária ao comércio com a URSS.

A respeito do assunto, apresentou o deputado Sérgio Magalhães um projeto de lei que dá ao problema uma solução, condizente com os interesses nacionais. O projeto visa dar nova redação ao artigo 9.º da Lei 1807, permitindo as operações vinculadas de comércio exterior, dentro de normas estabelecidas, e quando realizadas por órgãos, entidades e empresas federais ou por empresas privadas brasileiras em que a parcela do capital estrangeiro não exceda de 20%. A aprovação desse projeto contribuirá indubitavelmente para a dinamização das nossas relações comerciais com todos os países do mundo.

O Trigo Não Desaparecerá Das Coxilhas Do Rio Grande

Paulo Schilling

Concluimos hoje a publicação da conferência pronunciada pelo economista Paulo Schilling no ISEB sobre o problema do trigo.

Secretaria de Agricultura, a 29/37 do cálculo do dr. Nilo Romero.

Máquinas e Implementos	Valor 57/58	Índice	Valor atual	Índice
1. Trator Diesel de 50 HP	1.000.000,00		1.000.000,00	
2. Colheitadeira costeira 12 pés corte	500.000,00		1.000.000,00	
3. Arado 5 discos	100.000,00		150.000,00	
4. Grade 18 discos	50.000,00		110.000,00	
5. Semeadora adubadora	50.000,00		150.000,00	
6. Carreta agrícola	20.000,00		50.000,00	
7. Ferramentas	10.000,00		20.000,00	
	1.280.000,00	(100)	3.280.000,00	(256)

absolutamente impossível a aquisição de equipamento para a instalação de novas lavou-

No cálculo da Secretaria da Agricultura a rubrica "Amortização de Máquinas" inclui com Cr\$ 117,37 em cada saco de trigo. Numa lavoura nova, que se formasse atualmente, com os preços atuais das máquinas, essa incidência subiria para Cr\$ 306,50. Isso representaria 55,5% do preço de venda do trigo na última safra. Duvidamos que alguém em pleno uso de suas faculdades mentais, não hoje uma lavoura de trigo. Conseguiram assim os amigos da triticultura nacional estabelecer sua evolução. Atualmente agora, sem desparcialmente, dentro de cinco ou seis anos, quando a atual equiparação das lavouras mecanizadas for feita.

É a produção nacional de maquinaria agrícola. Em 1958 a indústria automobilística produziu cerca de 200.000 unidades de caminhões, tratores e outros de passero. Tratores. Para que? Em folheto por não publicado, em 1956, e enviado a todos os senhores responsáveis do governo federal e a todos os senhores deputados e senadores, uma engenharia pretensiosa de sensores lites, clamavam pelo estabelecimento de uma indústria nacional de máquinas agrícolas, tratores e automóveis, capaz de suprir as crescentes necessidades da lavoura técnica em todo o país. A maioria das fábricas de automóveis instaladas no país pertence a grupos econômicos internacionais que também produzem máquinas agrícolas em grande escala. Preconhamos, então a instalação paralela da indústria de tratores, limitando-se a produção de automóveis a de tratores. Isso não ocasionaria somente um fabuloso desenvolvimento da lavoura nacional, como criaria um excedente de riqueza capaz de garantir o desenvolvimento da própria indústria de automóveis. A seqüência lógica para o desenvolvimento indus-

do Triticultores foi chamado ao debate em enviado da Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados de Petrópolis, o qual relatou as dificuldades da fábrica em resolver o problema da embalagem para o "Nitrocol", produto altamente intrínseco. Resolvido esse problema, não mais será necessária a importação de salitre do Chile, salitre de amônio e outros adubos nitrogenados.

No que se refere ao Fato de Olinda, temos a dizer que já está sendo empregado em escala razoável nas lavouras de trigo. Se maior não o seu consumo, deve-se ao fato de ser o melhor adubo mais solúvel em água, consequentemente de ação lenta, não só para uma cultura de ciclo curto como o milho e o trigo. Noticiaram, há pouco, os jornais, estar em andamento em Pernambuco a instalação de uma fábrica de superfosfato tipo granulado, que transformaria a rocha fosfatada de Olinda em um adubo solúvel, adequado, portanto, às necessidades do trigo.

Enquanto isso não acontecer, é necessário seja concedido algo especial para que as Cooperativas Triticultoras, por intermédio de sua Federação, a Fecotriga importem diretamente as quantidades necessárias ao consumo das lavouras de trigo. Já vimos o que a política realista do Ministro da Fazenda Lucas Lopes está ocasionando no referente à maquinaria agrícola: com os fertilizantes a situação é idêntica. Mantida essa política, o trigo desaparecerá das coxilhas do Rio Grande.

SERÁ O FIM?

Podemos continuar aqui analisando, um por um, os diversos outros fatores que estão tornando antieconômica a lavoura do trigo, todavia

(Conclui na 7.ª página)

No III Congresso do Partido Operário Unificado Polonês, reunido em março último em Varsóvia, coube a Wladyslaw Gomulka ocupar a tribuna como informante, em nome do Comité Central do Partido.

O assunto principal do informe foi a questão da fronteira do Oder-Neisse. Quase catorze anos transcorreram desde a assinatura do Tratado de Potsdam, observa Gomulka no informe. Durante esse tempo, a Polónia reconstruiu regiões devastadas pela guerra, repondo nessas regiões milhões de poloneses repatriados da União Soviética ou transferidos de outras regiões da Polónia; milhões de crianças polonesas nasceram nessas regiões e uma nova geração polonesa cresce ali. No entanto, nenhuma palavra oficial foi até hoje pronunciada pelos representantes dos governos ocidentais, signatários do Acordo de Potsdam, sobre manifestações públicas do chanceler Adenauer, da República Federal Alemã, a respeito da revisão da fronteira germano-polonesa.

Por que os estadistas do Ocidente ouvem em silêncio as palavras de Adenauer? É fácil responder a essa pergunta, observa Gomulka. A República Federal Alemã é um pilar importante da OTAN. Considera-se mesmo no Ocidente que a OTAN não pode existir sem a República Federal Alemã. Ao mes-



GOMULKA REPELE

AMEAÇAS DE ADENAUER

no tempo, não é do interesse dos demais países que constituem a OTAN que a República Federal Alemã se torne excessivamente forte em comparação com eles.

A POSIÇÃO DOS POLONESES

Num outro trecho de seu informe, Gomulka observa que os poloneses não apenas reconhecem a legitimidade da sua fronteira com o Ocidente, como também se preocupam muito quanto à sua garantia e segurança, hoje, amanhã e sempre. Ligeiramente qualquer maneira, o reconhecimento daquela fronteira ao desejo de relaxamento da tensão com a Polónia e a União Soviética não é senão tentar perfeitamente enfraquecer a segurança e garantia da fronteira. A esse respeito, afirma Gomulka, os políticos e jornalistas burgueses não se mostram muito clividentes e imaginam que os poloneses são crianças ingênuas. A segurança da fronteira Oder-Neisse depende da política do governo polonês, baseando-se na indestrutível e fraternal alian-

ça da República Popular da Polónia com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e na firme unidade do campo socialista.

ARGUMENTO INACEITAVEL

Gomulka denuncia no mesmo informe a alegação de alguns estadistas ocidentais que atribuem a participação da República Federal Alemã a expediente cujo objetivo é frear a agressividade dos militaristas alemães. Se essa alegação de alguns estadistas ocidentais não constituir-se por sua vez uma tentativa de engodo, poderia ser considerada ingênua. Ao mesmo tempo, a atitude do governo da República Federal Alemã hostil à paz é apoiada pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos, que rejeita as propostas da URSS e do campo socialista de solução do problema por meio da conclusão de um tratado de paz com a Alemanha.

No entanto, os governos ocidentais também rejeitam as propostas da República Democrática Alemã sobre a unificação da Alemanha, propostas colocadas em bases que abrem o caminho a um amplo entendimento benéfico à paz.

As propostas ocidentais concernentes à unificação da Alemanha em oposição à proposta de confederação dos dois Estados alemães, diz Gomulka, só têm um objetivo, que é o de manter em solução a guerra fria. A confederação e rejeitada porque poria fim à guerra fria na Europa e nenhuma colina de umaca ocidental é capaz de encobrir essa verdade.

Concluindo, Gomulka afirma que a questão seria resolvida mediante a assinatura de um tratado de paz com a Alemanha, representada hoje pelos dois Estados alemães, ficando o problema da unificação alemã a critério dos próprios alemães. A conclusão desse tratado de paz aliviará a tensão mundial e criará uma atmosfera de paz, o que ajudaria os dois Estados alemães a estabelecerem as bases de sua unificação.

22 De Julho: Data Nacional Da Polónia

15 Anos De Poder Popular Modificaram a Fisionomia Da Pátria De Chopin

O povo polonês festejou a 22 de julho sua data nacional: a libertação do país, acompanhada da emancipação social.

A 22 de julho de 1944 formava-se em Lublin um governo revolucionário polonês denominado Comité Polonês de Libertação Nacional. Seria esse o núcleo do novo Estado cuja fundação marca uma nova época na história gloriosa da Polónia.

Nessa mesma data, oito anos depois — 22 de julho de 1952 — era votada pelo Sejm (parlamento nacional) a nova Constituição, que referendava as conquistas dos trabalhadores e do povo da Polónia.

De 1944 a 1959, nestes 15 anos, grandes transformações deram uma nova fisionomia a Polónia. Uma delas foi a reforma agrária, que liquidou o latifúndio e fortes vestígios de

feudalismo. Com a reforma agrária, centenas de milhares de camponeses receberam a terra em propriedade, a mesma terra que durante séculos laviraram para os grandes fazendeiros.

A nacionalização da indústria foi outra importante labor para o desenvolvimento do país. As minas, os alto-fornos, as fábricas, os bancos, que pertenciam aos capitalistas e banqueiros, foram declaradas propriedade nacional.

Essas transformações históricas, aprovadas pelo povo e sancionadas pela Constituição, formam a base económica que permite definir a República Popular da Polónia como um Estado no qual o Poder pertence às massas trabalhadoras da cidade e do campo, uma República dos trabalhadores que, através da econo-

mia planificada, constrói o socialismo.

O PROGRESSO DA POLONIA

Desenvolvendo-se à base de um plano nacional de longo alcance, a Polónia progrediu a ritmo intenso em todos os setores. Sua produção industrial se tem multiplicado. Citamos alguns exemplos. A extração de carvão de pedra passou de 26 milhões de toneladas em 1938 a 95 milhões em 1956. Quase quintuplicou a produção de energia elétrica. A produção de aço ascendeu de 1 milhão e 100 mil toneladas para 5 milhões, no mesmo período.

Era esta a base económica sobre a qual a Polónia Popular traçava um novo plano de desenvolvimento — o plano sexenal de 1959 a 1965. Por esse plano, já no próximo ano a Polónia estará com uma

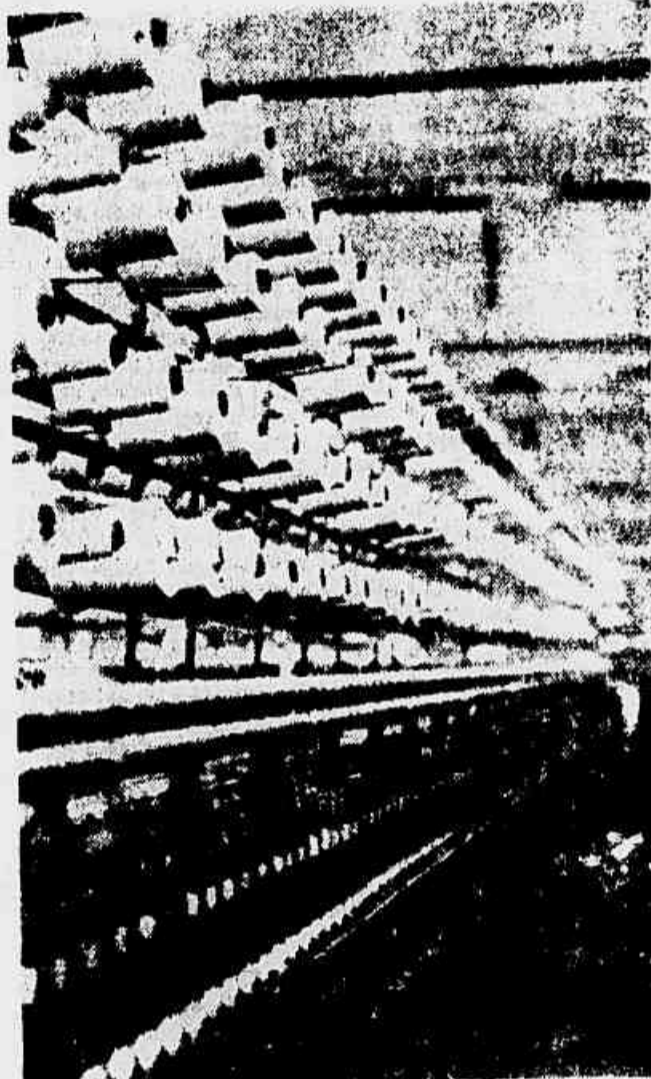
produção de 6.400.000 toneladas de aço, uma das maiores por habitante no mundo.

Apesar das tremendas destruições causadas pela guerra, está se recuperando a agropecuária polonesa. A mecanização é um dos fatores da recuperação rápida. Seu rebanho de gado vacum tinha sido reduzido a 7% do de antes da guerra, tinha sido portanto quase dizimado. Hoje, está quase completamente reconstituído. Nos campos da pequena Polónia trabalha um número de tratores maior do que no Brasil: mais de 60 mil.

O comércio exterior da Polónia é bastante considerável. A Polónia figura entre os países exportadores de máquinas pesadas, instalações industriais, navios, etc. Nos esta-

leiros de Gdansk estão sendo construídos navios para o Brasil. Em geral, a exportação de máquinas aumentou de 17% entre 1957 e 1958 — num exemplo do quanto cresce a produção industrial e se ampliam as relações comerciais.

O povo polonês realiza a maior revolução de sua história multissécular. Grandes conquistas já foram asseguradas aos trabalhadores nos três lustros transcorridos. Hoje, estão lançadas as bases para transformações ainda mais importantes em benefício da classe operária, do campesinato, da nova intelectualidade polonesa. A Polónia socialista projeta-se no mundo como parcela das forças que influenciam decisivamente a marcha da humanidade para novos destinos.



FABRICAS — O programa de industrialização socialista compreende a construção de numerosas novas empresas, inclusive fábricas têxteis. Quase duplicou a produção de tecidos na Polónia depois da guerra.

POLONIA



A NOVA POLONIA — A nova Polónia, com as terras recuperadas da Baixa Silésia e do Báltico, tem atualmente 311.730 quilómetros quadrados e uma população de 28 milhões de habitantes. As principais cidades, com os respectivos símbolos, estão assinaladas neste mapa.

O Trigo Não Desaparecerá Das Coxilhas...

consequência da política cambial e tributária errônea do governo federal. Tentamos dar uma visão da situação atual da agricultura nacional. Vimos que em consequência de uma política cambial e tributária errônea, antinacional mesmo, os setores fazendeiros do governo federal conseguiram deter a avaliação, não só da lavra de trigo, como de toda a lavra técnica do país. A continuar esta orientação, toda a atividade agrícola não depende de fatores de fertilizantes, de combustíveis, estará condenada a desaparecer.

Brasil. Não essa auto-suficiência relativa, na base do consumo atual de menos de 40 kg "per capita", um dos mais baixos do mundo, mas sim uma auto-suficiência efetiva, que proporcione o 120 a 150 kg de trigo a cada brasileiro. Não se multiplicem em dez anos a produção de 1946. Por que não está produzindo mais do que milhões de toneladas há dez anos?

Essas políticas foram as desastrosas. Curadas as feridas do sistema caudillesco, partiram os fazendeiros para uma nova campanha, mais firme, mais organizada do que foi a campanha lançada uma vez antes na orientação governamental exigindo soluções nacionalistas que possibilitem ao povo brasileiro comer pão ao deus.



Penna Boto

AMIGO DE PENNA BOTO CONDENADO EM CUBA

Em junho último, em Cuba, foi condenado a 15 anos de trabalhos forçados o gangster internacional do anticomunismo Ernesto de la Fe, que figurava como secretário da Conferência Internacional Anticomunista para a Defesa do Continente.

Ernesto de la Fe foi julgado pelo Tribunal Revolucionário cubano como implicado no golpe militar reacionário de 10 de março de 1952 que levou ao poder o tirano Fulencio Batista. Ernesto de la Fe tomou-se um dos principais defensores do regime sangrento de Batista.

"Prensa Continental", que transmite esta notícia, recorda que o gangster cubano que tem de ser condenado a trabalhos forçados e figurou como Ministro de Informação de Batista, delator reacionário e combatente revolucionário que atuava como "comunista", lançou de sindicatos públicos, era amigo íntimo do almirante Penna Boto. Lembra igualmente que Penna Boto at-

tendeu em seu favor, qualificando-o como "o primeiro anticomunista de Cuba". Desta forma, o príncipe almirante operava se legitimava com o criminoso cubano.

PRESO O DELATOR DE MELLA
A polícia secreta revolucionária de Cuba prendeu recentemente um dos mais sérios esbirros políticos da ditadura de Machado e que

foi também confidente da tirania de Batista, Raúl Amarel.

Amarel é um colportador profissional de anticomunismo em todo o nome prático crimes no passado. Foi ele o delator à polícia de Machado do fundador do Partido Comunista cubano Julio Antonio Mella. Mella seria assassinado pela polícia de Machado.

Durante a tirania de Batista, Amarel serviu na produção de Canzales, organização anticomunista internacional, comandada por José Canzales. Mella, após prender Canzales, que estava no México por Batista, entregou por Amarel. Desde então, Amarel se entregou a atividades de delator e de delator de Amarel. Entre outras atividades, Amarel se entregou a delatar a política de Machado. Durante a tirania de Batista, Amarel serviu na produção de Canzales, organização anticomunista internacional, comandada por José Canzales. Mella, após prender Canzales, que estava no México por Batista, entregou por Amarel. Desde então, Amarel se entregou a atividades de delator e de delator de Amarel.

PRÊSO EM DAMASCO LÍDER DO P.C. LIBANÊS

Na República Árabe Unida continuam as perseguições aos comunistas. Um novo testemunho da compa-

nhia anticomunista de Nasser nos é trazido pela carta que abaixo reproduzimos, recebida do capital da província síria da RAU.

Damasco, 14 de julho de 1959.
Caros amigos,

No período de 25 de junho de 1959, os agentes do Serviço de Investigações e de Inteligência da República Árabe Unida, juntamente com funcionários da polícia síria, detiveram em Damasco, na província de Hama, o líder do Partido Comunista Líbano, Valter, sendo imediatamente conduzido ao quartel-general da polícia síria, onde foi mantido sob custódia até o momento em que se recebeu esta notícia. Sua vida se encontra seriamente ameaçada e está sob constante perigo.

Amal Hajar, Poderosa companheira de luta, enviada ao Líbano, denunciou a recente libertação de Hajar.

Mesmo assim, a tirania de Nasser e o imperialismo não desistiram de perseguir os comunistas e de lutar por organizações de massa, a fim de destruir a liberdade e a democracia. A luta dos comunistas libaneses pela democracia e pela paz só pode ser vencida através da luta pela liberdade e pela paz. O Partido Comunista Líbano e o Partido Comunista Sírio, juntamente com os comunistas libaneses, estão trabalhando para a libertação da Síria e do Líbano.

RAU — O novo Ministro de Informação da Província de Hama, Sr. Abdul Hameed Sayid, em Damasco.

A ação firme e vigorosa de todas as forças anticomunistas da democracia de progresso e da paz só poderá ser realizada através da luta de libertação nacional e internacional.

Para o Comité Central do Partido Comunista do Líbano.

(Ass.) Nicolas Chacour.

O Deus Nu De Howard Fast

RUI FACÓ

O escritor norte-americano Howard Fast começa seu livro "O Deus nu" contando a história de um velho cujo filho morreu combatendo pela República na Espanha. Ante a revelação de erros cometidos pelo Partido Comunista da União Soviética, através do chamado "relatório secreto" de Kruschiov, o escritor põe em dúvida se teria valido a pena o sacrifício da vida do jovem americano das Brigadas Internacionais.

— Por que morreu meu filho? pergunta o velho. E Howard Fast confessa que não sabe responder a esta pergunta.

Este episódio mostra com que estado de espírito escreveu Fast seu novo livro e como se comporta hoje perante o movimento comunista mundial. Sua atitude é a negação de toda luta, de toda resistência, de todo sacrifício, porque houve erros e porque houve crimes. Erros e crimes que são reconhecidos mas que Howard Fast quer absolutizar, quando não são eles a essência da edificação do socialismo, quando a essência da construção socialista são as realizações que hoje ninguém nega na União Soviética, na China, numa série de outros países da Europa e da Ásia. E como erros e crimes nem sempre são evitáveis, Fast pretende concluir que o único caminho que resta é a abdicação do homem ante a fatalidade da organização social burguesa.

Dai sua opinião de que o partido comunista, como organização de revolucionários que lutam pelo socialismo, deve ser dissolvido.

Mas nesta sua argumentação — partindo da paixão e não da lógica das coisas — Howard Fast se enreda em contradições inextricáveis. Afirma textualmente: "Eu não creio que um partido comunista possa ser destruído pela força. Um partido comunista é uma idéia, e idéias não podem ser destruídas em termos de força" (p. 34). "Nenhuma força na terra pode destruir o partido comunista" reafirma à pag. 163.

Quer dizer, a "idéia" deve ser abandonada. Não fornece Fast os argumentos necessários para convencer-nos disso. Ao contrário, tece elogios aos comunistas americanos. Escreve: "So conheço intimamente o Partido Comunista dos Estados Unidos, mas desta pequena organização posso dizer honesta e francamente, sob juramento se necessário for, que nunca vi antes, numa comunidade tão pequena, tantas almas puras, tantas pessoas amáveis

e boas, tantos homens e mulheres de absoluta integridade" (p. 45).

Por que então deve autodissolver-se o Partido Comunista?

Uma das alegações de Fast é que os dirigentes não prestam. Os líderes comunistas são a grande diferença de Fast. Sobretudo Dennis, que certa vez recebeu o romantismo com a maior frieza, pouco em palavras, sem ter sequer a amabilidade de perguntar pela sua saúde... No entanto, acha ainda Fast que mesmo "entre os dirigentes do partido há gente boa, honesta e decente..." (p. 63). Adiante, em referência aos militantes comunistas, acrescenta: "Ninguém se considera melhor patriota que o comunista de base e muitas vezes suas ações tendem a acentuar isto" (p. 79).

Pode-se pensar: Bem, isto é com referência a companheiros que ele conheceu de perto durante vários anos. Talvez Fast esteja convencido de que é inútil lutar pelo socialismo e o comunismo, objetivo máximo dos partidos comunistas. Desiludido com as revelações ou supostas revelações do que aconteceu na Rússia no tempo de Stálin, estaria também desiludido do socialismo. Não é pelo menos o que diz. Ao contrário, Fast reconhece que o socialismo é uma força irresistível (p. 101).

É verdade que apresenta outro argumento em favor da autodissolução do Partido Comunista: "Sua época passou" — opina à p. 163. Isto porque "o povo russo e o povo chinês se acham às bordas de um crescimento e de um bem-estar como nunca se sonhou nas primeiras décadas deste século — e o mundo inteiro está às portas de uma civilização que se estenderá em escala internacional e que acabará de vez com a guerra e as necessidades". E os povos poderiam realizar suas grandiosas conquistas sem necessitar de uma força organizada como são os partidos comunistas.

Logo adiante, porém, Fast se contradiz mais uma vez ao afirmar que, caso sobrevenha uma guerra — que seria a catástrofe universal — "então, muito positivamente, só a fanática estrutura do Partido Comunista sobreviverá ao holocausto como organização atuante capaz de exercer uma espécie qualquer de direção" (ps. 161-165).

Devemos aí o tolo qualificativo à estrutura do partido comunista, e argumentos logicamente. O simples ins-

timto de conservação do indivíduo e da espécie reclamaria a sobrevivência de uma organização que, depois da catástrofe, pudesse dirigir o ressurgimento da sociedade humana. For que então dissolva essa organização, capaz de sobreviver à maior das calamidades imaginadas?

Por essas e outras debilidades em sua argumentação Fast tem dúvidas se está realmente certo ao deixar o partido comunista. "Talvez eu esteja equivocado, porque já me equivoquei muitas vezes..." — escreve (p. 71).

• • •
Não creio que se deva condenar Howard Fast pelo fato de ter ele abandonado o partido dos comunistas. É provável que lhe sobrem razões pessoais para tanto.

Ele busca essas razões em "casos de consciência". Na realidade, sua atitude ante a revolução socialista é puramente idílica, raiando pelo utopismo pequeno-burguês mais vulgar. Howard Fast sonhava com uma cruzada — mas uma cruzada sem a espada dos cruzados, sem lutas, sem choques, sem erros nem injustiças.

Mas sou propenso a crer que há outras razões mais terríveis. Fast é um escritor que alcançou renome entre o grande público de seu país, com alguns romances que ele considera obras exemplares para revolucionários. Podemos, porém, ignorar o quanto de coragem, abnegação, persistência é necessário para suportar a pressão terrível da mais poderosa força reacionária existente no mundo: o aparelho de Estado norte-americano, o fantástico poder de intimidação (sem falar na monstruosa capacidade de corrupção) de que ele dispõe?

O próprio Fast reconhece implicitamente a existência desse fator quando escreve: "Fui preso, e depois que sai da prisão passei a viver com medo; o medo era meu companheiro dia e noite, medo dos deuses frios que entram na minha vida, medo de ser preso, medo de ataques, medo que ofendessem a meus filhos..." (págs. 28-29). Isto muito antes de abandonar o Partido. Depois que abandonou, Fast, que não conseguia lutar por suas obras, passou a conseguir, foi cortado pelo "New York Times", a quem concedeu entrevistas, apareceu na TV.

Não estará aí uma das razões da desercão da luta? Então, é natural que Fast repi-

ta a frase ritual: "encontrei a liberdade" (187).

Uma triste liberdade. Agora, podia defender Freud e a ciência da mente" (p. 187). Assim um conceito de liberdade entre muitos. Da este outro, ao iniciar-se a crise por que passou o PC americano: "Abriamos as páginas do "Daily Worker" a centenas e centenas de cartas. Publicávamos tudo: o excêntrico, o lunático, o conservador, o sábio e o ponderado, o letrado e o analfabeto, o prudente e o indelicado..." (p. 49). Pode haver alguém, a menos que seja um louco, disposto a fundar e manter um jornal — qualquer que seja sua tendência política ou sem tendência alguma — tão "livre" que nele se discutam tão "livremente" como numa área de Noé? A menos que seja num asilo de alienados mentais, um órgão de loucos e para loucos.

Partindo desta concepção de liberdade, Fast passa a divulgar folices, visando evidentemente, como judeu de renome, influir sobre os judeus nos Estados Unidos e em outros países, instilando antipatia contra a União Soviética. Ela então como exemplo da falta de liberdade para os judeus na URSS ou da presença de preconceitos em relação a eles, o fato de seus documentos assinalarem sua nacionalidade: hebraica. Quando isto, ao contrário de preconceito ou discriminação, é uma conquista de todas as nacionalidades que formam a URSS. Ao lado do genérico "soviético" indicando a cidadania, o direito, não reconhecido ao tempo do zarismo, de ostentar sua nacionalidade: armênia, georgiana, bielorrussa, ucraniana, etc. Os cidadãos nascidos na República Federativa Russa, igualmente, têm consignado, em seus documentos, a cidadania soviética e a origem nacional: russa.

Por que então Fast repisa este assunto, insistentemente, em seu livro?

E aí está porque Fast deve ser identificado pelo que realmente passou a ser desde que abandonou o Partido (não repito, pelo simples fato de tê-lo deixado): sua posição, hoje, é de inimigo do socialismo e do país onde o socialismo realizou suas maiores conquistas, a União Soviética. Reconhecendo a posição ridícula que assumiu perante seus antigos companheiros, Fast procura convencer ao leitor de "O Deus nu" que é uma fatalidade a traição do intelectual ao partido comunista. "TODO ESCRITOR — escreve Fast em grifo — POR DEDICADO E LEAL QUE PAREÇA, É POTEN-

CIALMENTE INIMIGO DESTRUÍDOR DO PARTIDO" (p. 120).

É uma frase que, visa ao efeito, como certas frases de Saitre Howard Fast como que tenta justificar-se com essa pretensa fatalidade, quando baseada em quaisquer argumentos válidos. Não vai falar os numerosos intelectuais que foram sempre ou os que permanecem fiéis ao partido comunista, ao movimento comunista, não obstante a tremenda ofensiva de que são objeto por parte da reação — ofensiva que vai desde os ataques pessoais até as mais duras tentativas de corrupção e suborno por todos os meios possíveis e imagináveis, desde os ostensivos até os mais sutis.

O livro de Fast é bem recente. Ele abandonou o partido comunista publicamente há aproximadamente dois anos. Seu livro é do ano passado. No entanto, nasceu velho. Aqueles acontecimentos que são o centro de suas cáusticas contra o partido comunista e os países socialistas parecem enterrados num passado distante. Ainda há pouco, o XXI Congresso do PC da União Soviética demonstrava a unidade indestrutível dos partidos comunistas e sua força crescente. Um jovem líder comunista, Aidit, assim começava seu discurso: "Saúdo-vos em nome de um milhão e quinhentos mil membros e 8 milhões de eleitores do Partido Comunista da Indonésia." As eleições na França de De Gaulle, com toda a reforma da lei eleitoral, adepto preparada contra o PC com todas as medidas destinadas a subtrair a representação dos comunistas no parlamento, reafirmaram a posição do PC como o primeiro partido, o partido majoritário da França. Na Itália, o partido comunista mantém e reforça suas posições, como há pouco na Sicília, onde ajudou a eleger o governador da ilha. E é tal sua força e influência que se mantém a aliança política com os socialistas, não obstante a oposição do grupo de Scelbi.

Quer dizer, ainda que alguém tentasse levar à prática o conselho de Fast de autodissolução dos partidos comunistas, estes ressurgiriam com novos líderes, como uma força necessária e indispensável em nossa época, força propulsora das mais formidáveis transformações sociais que a humanidade jamais conheceu, o sal da sociedade humana contemporânea.



UM DILEMA INEXISTENTE

Resposta ao leitor: Alcebades Passos de Oliveira — (Fortaleza — Ceará)

Mencionando artigos publicados em alguns jornais, pergunta o leitor se o tratamento de relações do Brasil com a União Soviética não implicará numa rutura entre o nosso país e os Estados Unidos. E evidente que a resposta só pode ser negativa. Não existe qualquer fundamento para que se possa admitir a conclusão a que se refere o sr. Alcebades Passos. Ela não guarda nenhuma vinculação com os fatos e é inteiramente estranha à história das relações entre os povos e os Estados.

Esta eventualidade só é sugerida ou apresentada pelos que, a serviço do entreguismo, criam um dilema que absolutamente não existe: ou temos relações com os EE, UU, (o não temos com os países socialistas), ou normalizamos as relações com a URSS (e as rompemos com os EE.UU.). Caluniosamente, os forjadores deste falso dilema atribuem ao movimento nacionalista — e antes de tudo à sua parcela mais combativa e consequente, os comunistas — um objetivo que lhe é completamente estranho: o rompimento com os Estados Unidos, em troca de uma suposta submissão à União Soviética.

Em verdade, o que os nacionalistas exigem, dando expressão a uma necessidade imperiosa do nosso desenvolvimento, é a normalização de nos-as relações com todos os povos. Se no plano político isto representa, além de uma afirmação de nossa soberania, uma contribuição efetiva à causa da coexistência pacífica entre as nações, no terreno econômico a sua consequência direta será a ampliação da área de nossas trocas comerciais, com a particularidade importantíssima de que essa ampliação será feita incorporando-se às nossas relações de comércio um imenso mercado de cerca de um bilhão de pessoas, cujo poder aquisitivo, hoje já elevado, cresce continuamente. Outra particularidade, não menos importante, é que sendo esses países socialistas — e não imperialistas, exportadores de capital e opressores de outros povos — passaremos a contar com a possibilidade de créditos, ajuda técnica, etc., em condições altamente benéficas para o nosso país, até aqui desconhecidas na história das relações internacionais.

O estabelecimento e a consolidação de relações com esses países não significa, porém, de modo algum, o rompimento com os países aos quais estamos hoje diplomática e comercialmente ligados. O que as necessidades nacionais reclamam é precisamente a ampliação de nossos vínculos internacionais. Quer dizer: a incorporação de novos Estados — aqueles dos quais estamos artificialmente separados — ao nosso sistema de relações diplomáticas e comerciais.

As pessoas menos ingênuas compreendem perfeitamente que esse dilema inventado pelos entreguistas tem um objetivo: manter o nosso país submetido praticamente a um único mercado, que assim pode nos impedir que seja da sua conveniência, espelhando-nos, freando o nosso progresso e limitando a nossa soberania nacional. Semelhante deformação faz com que as relações internacionais do Brasil se desenvolvam no presente em condições extremamente desiguais e desvantajosas para nós. Toda a história da ação dos monopólios imperialistas no Brasil confirma plenamente o que dizemos. Os nacionalistas e todos os patriotas lutam para eliminar esses entraves, através da ampliação e normalização de nossas relações internacionais.

O dilema — EE.UU. ou URSS — não existe. O normal é mantermos relações com os EE.UU. e com a URSS — relações sempre colocadas num plano de igualdade de direitos, de vantagens mútuas e absoluto respeito à soberania nacional.

HISTÓRIA DO MOVIMENTO OPERÁRIO (XXII)

A luta da corrente proletária marxista contra os prondhonistas, contra as tentativas de apoderar-se da direção do movimento operário, continuou em seguida ao I Congresso da Internacional e assumiu novo auge por ocasião do segundo realizado em Lausanne na Suíça, em 1867. Os partidários de Prondhon tentariam novamente impor a sua já conhecida tese de que a emancipação dos trabalhadores poderia resultar da simples luta econômica. Contra ela o Congresso reafirmou a posição de princípio da I Internacional de que não é possível separar-se a luta pela libertação so-

cial da luta econômica da classe operária.

O III Congresso da Internacional que teve lugar na capital da Bélgica, Bruxelas, em 1868, assinala a disputa final dos prondhonistas dentro da organização. Restituindo as posições que tinham prevalecido nos debates e resoluções do Congresso anterior sobre o problema fundamental dos meios de produção o Congresso de Bruxelas decidiu que era necessário ao proletariado lutar pela abolição da propriedade privada das terras e das estradas de ferro, que deveriam ser entregues ao Estado e

aos Congressos da Internacional, mas realizava, nela um trabalho intenso, atendia pessoalmente a enorme correspondência da organização, colaborava em toda a sua atividade política e organizativa, era o seu mais devoto e destacado dirigente, o seu verdadeiro orientador ideológico e político. Mas não era tudo. Ao mesmo tempo e apesar além do mais da extrema penúria em que vivia, da perseguição com que voltava e não o atazanavam os credores, e dos sofrimentos de uma doença do fígado e de renente furunculosa, não cessava sua atividade teórica.

pitárista, demonstrando a inevitabilidade da transformação revolucionária desta em sociedade socialista e comunista.

Desde que os capitalistas e os operários existem neste mundo nunca houve um livro de tão grande importância para os operários. Disse Engels sobre "O CAPITAL": "É o mesmo livro que revolucionou o Congresso de

Bruxelas ao revelar uma inesperada possibilidade válida até aos dias de hoje, recomendando o estudo de "O CAPITAL" a todos os trabalhadores, como obra que ilumina o caminho geral histórico que o movimento operário deve seguir para a libertação, em toda a humanidade, da exploração sofrida pelo homem.

SURGE O PRIMEIRO LIVRO DE "O CAPITAL"

cial do proletariado da luta pela libertação política. Ante as sucessivas derrotas que os sofreram, na incessante luta teórica, ideológica e política a que tinha de submeter-se dentro das fileiras proletárias da I Internacional, o prondhonismo começou a declinar rapidamente no seio do movimento operário, em particular na França, que era o seu país de origem. A ordem chegou a exercer maior influência. Para esse declínio muito concorreu também o novo agravamento da luta de classes sobrevindo desde pas-

sela nacionalização da terra, que deveria ser atribuída pelo Estado às cooperativas agrícolas de produção. Contra a posição pequeno-burguesa dos prondhonistas, que consideravam que a terra, por sua natureza, só pode ser objeto de propriedade individual, o Congresso decidiu que se tinha tornado possível e necessário a passagem de prondhonistas em linha escalar, com o emprego de máquinas e na organização coletiva do trabalho agrícola.

É assim que, após o aparecimento em 1849, em Londres dos dois primeiros fascículos de sua famosa "Contribuição à Crítica da Economia Política", conseguiu afinal publicar em 1867, em Hamburgo, depois de longos anos de profundas pesquisas e de incansável estudo, o primeiro livro de sua maior obra — "O CAPITAL". Nesse trabalho, desenvolve e formula gradualmente as leis objetivas implícitas da origem, do desenvolvimento e da decadência do regime de produção e de toda a sociedade ca-



Esta resolução do Congresso de Bruxelas representará um golpe decisivo no prondhonismo. Entretanto, nessa mesma ocasião, passava o primeiro plano na luta interna que se processava nas fileiras da Internacional o combate contra uma outra forma do oportunismo anarquista que viera ganhando corpo, nos últimos anos, em alguns países europeus — o bakuninismo.

Mikhail Bakunin (1819-1876), nobre russo, ex-oficial de artilharia, perseguido, a partir de 1840, vários países da Europa, manifestando-se em favor da Polónia oprimida pelo tsarismo. Como consequência de suas atividades revolucionárias sofreu vários e longos períodos de prisão.

Em 1841, com o auxílio da Sibéria e via Japão e Estados Unidos, chegou a Londres. Era um homem energico e dotado de espírito organizador. Mas no aspecto teórico valia zero comparado a Engels. E foi assim que, depois de tanto esforço, Bakunin se limitou, a partir de 1848, elaborando sua própria teoria, uma mistura incongruente de prondhonismo (liberdade absoluta do indivíduo, negação do Estado e da luta política) de comunismo (propriedade coletiva), de saint-simonismo (abolição do direito de herança), etc... Ao mesmo tempo divergia de Prondhon, ao mostrar-se particularmente das greves e da revolução violenta que concebiam como um golpe anarquista súbito e decisivo. Era, de claro, frontalmente hostil ao marxismo. O mal, para ele, não era o capital, a propriedade privada capitalista dos meios de produção, mas o Estado. Liquidado este, as classes poderiam continuar, desde que fossem "iguaisadas"...

As diversidades de matriz do anarquismo de Bakunin em relação ao de Prondhon tinham como causa fundamental as diferenças da base social que representavam. Enquanto as teorias deste último exprimiam, a ideologia dos pequenos proprietários possivelmente estivesse da França e da Suíça, o anarquismo de Bakunin era o reflexo da falta de perspectiva e do desespero do campesinato em lenta e dolorosa pauperização e do atrozamento em processo da terra em mãos de poucos. Bakunin era o reflexo da falta de perspectiva e do desespero do campesinato em lenta e dolorosa pauperização e do atrozamento em processo da terra em mãos de poucos. Bakunin era o reflexo da falta de perspectiva e do desespero do campesinato em lenta e dolorosa pauperização e do atrozamento em processo da terra em mãos de poucos.

DINHEIRO DO POVO PARA OS TUBARÕES DO ENSINO

Em 1948, foi apresentado pelo Ministro da Educação, Clemente Mariani, o Projeto de Diretrizes e Bases na Educação Nacional, que visava fazer com que os meios financeiros do Estado fossem canalizados para a Escola Pública. Se atentarmos para alguns números do ensino no país, veremos que, em princípio, o Projeto de Diretrizes e Bases merece ser apoiado, uma vez que a sua execução viria, de certa forma, atender às necessidades de milhões de jovens brasileiros em idade escolar. Menos de 20% das crianças concluem o curso primário; menos de 10% da juventude brasileira frequentam o curso secundário; apenas 7% dos que se matriculam concluem o curso secundário; e nem todos os que terminam o curso médio podem frequentar as universidades.

Durante esses onze anos, o projeto percorreu várias gavetas do Congresso, submetido a injunções políticas que impediam a sua transformação em lei.

Em novembro de 1958, repentinamente, amparado em ampla base publicitária e frenéticas deblaterações do seu autor no plenário da Câmara Federal, foi apresentado o substitutivo Lacerda ao Projeto de Diretrizes e Bases, em meio a grande euforia dos meios clericais e particulares, que dominam o ensino brasileiro.

O QUE É O SUBSTITUTIVO LACERDA

Entre as inúmeras aberrações que constituem o substitutivo apresentado pelo deputado Carlos Lacerda, basta que sejam salientadas algumas para que fique evidente ser ele totalmente reacionário, absurdo e inaceitável.

Pretende Lacerda assegurar ao ensino privado absoluta prioridade na aplicação dos recursos públicos destinados a custear a educação, colocando a escola pública como supletiva e subsidiária da particular. A consequência disso seria a possibilidade de apenas os ricos poderem frequentar os colégios, posto que os membros das camadas menos favorecidas não teriam onde estudar gratuitamente, nem poderiam pagar as exorbitâncias cobradas nas escolas particulares. E isso num país de 30 milhões de analfabetos! Cumpre ressaltar que nisso reside o real objetivo do substitutivo, já que as escolas religiosas e leigas particulares estão de olhos fixos no orçamento federal e no Fundo Nacional de Ensino Médio, destinado a amparar o ensino privado. Fica explicado, também, o entusiasmo de Lacerda.

Outro objetivo do substitutivo é estabelecer como o mais alto poder na educação nacional um órgão cor-

O VERDADEIRO SENTIDO DO SUBSTITUTIVO LACERDA AO PROJETO DE DIRETRIZES E BASES — QUER O GOVERNO UMA EMENDA PIOR DO QUE O SONETO

porativo de composição classista, incumbido de propor a subvenção pública a estabelecimentos particulares e de cujas decisões o Ministro da Educação seria mero executor. Esse órgão seria composto de nove membros: o governo indicaria três (sendo um deles escolhido em lista de pais de família) e os outros seis seriam eleitos pelos colégios privados. Em que mãos ficariam os estudantes!

SITUAÇÃO ATUAL

Em princípios de 1959, após vários estudos, uma Comissão de Professores elaborou um novo substitutivo, invertendo as formulações de Lacerda e apresentando medidas justas para o ensino no Brasil. Esse substitutivo foi

apresentado à Câmara pelo deputado Celso Brant e passou a contar com a simpatia de grande número de parlamentares, em virtude de atender melhor às necessidades do ensino. Todavia, temerosos de ver seus interesses não atendidos, grupos particulares e o clero — manifestando-se através de Helder Câmara — passaram a pressionar o governo, no sentido de fazê-lo impedir a aprovação do novo substitutivo.

Cedendo a essas pressões, o governo aquiesceu em elaborar novo anteprojeto, o qual seria apresentado pelo líder da maioria, deputado Armando Falcão.

Contudo, ao constatar a semelhança entre o substitutivo Lacerda e o que seria assinado por Armando Falcão, grande número

de parlamentares reagiu, impedindo que esse último fosse apresentado na forma regulamentar.

Atualmente, o substitutivo Lacerda e o de Celso Brant estão na subcomissão da Câmara, encarregada de estudar o Projeto de Diretrizes e Bases. Alguns deputados do governo, no entanto, estão propensos a aceitar a terceira versão, do deputado Armando Falcão, que nada mais é que o substitutivo Lacerda com outra roupagem.

IMPORTANCIA DO PROJETO

Todas as vezes que se tem discutido seriamente a questão do ensino no Brasil, um dos problemas mais visados é a falta de uma rede de escolas públicas maior e melhor, o que possibilitaria o acesso à cultura da maioria dos jovens brasileiros, que até hoje é obrigada a desconhecer os bancos escolares. Agora mesmo estamos com os universitários do Distrito Federal em greve pela encampação da URJ, a fim de melhorar as condições do ensino, tornando-o público.

A aceitação do substitutivo Lacerda, com esse ou com outro nome qualquer, significaria a agravação das condições do ensino brasileiro, tornando-o privilégio de uma ínfima minoria.

As repetidas greves estudantis, os pronunciamentos de educadores e professores em defesa do substitutivo do MEC, etc., resultam a importância do Projeto de Diretrizes e Bases, que deve ser defendida e melhorada, a bem do ensino no Brasil.

Onde Está a «Cortina de Ferro»? PINTOR JENNER AUGUSTO IMPEDIDO DE PASSAR PELOS ESTADOS UNIDOS

SALVADOR (Do Correspondente) — Obedecendo a imposições do consulado americano nesta capital, a polícia baiana impediu que o pintor Jenner Augusto aceitasse convite do escritório comercial brasileiro em Montreal (Canadá) para preparar um mural que teria como motivação a plantação e a colheita do café.

O consulado norte-americano, apenas para que Jenner Augusto permanecesse algumas horas em Nova York, exigiu da polícia que anotasse no passaporte uma declaração de que o pintor não é comunista ou não exerceu "atividades subversivas". A polícia negou-se a fazer tal anotação, alegando que em 1949 Jenner Augusto prestou declarações à imprensa favoráveis a Luiz Carlos Prestes e que, posteriormente, quando do regresso do escritor Jorge Amado ao Brasil, participou, em Salvador, de banquete oferecido ao conhecido romancista.

POLICIA MANTÉM

Numerosos escritores e artistas balanos, além de parlamentares, protestaram contra a submissão do chefe de polícia, sr. Rafael Cincurá, às exigências do consulado americano. Um desses escritores, o sr. Odorico Tavares (diretor dos "Diários Associados", na Bahia), solicitou, pessoalmente, a intervenção da esposa do governador Juracy Magalhães, sra. Lavinia Magalhães, atualmente à frente de um movimento destinado a fundar, aqui, o Museu de Arte Moderna.

As gestões do sr. Odorico Tavares produziram resultados e a sra. Lavinia Magalhães enviou uma carta ao chefe de polícia, intercedendo a favor do artista. Mesmo assim o passaporte do pintor Jenner Augusto foi negado. Mais fortes que a influência da esposa do governador foram as imposições do con-

sulado americano. E o pintor, que não é comunista mas que se recusa a divulgar qualquer declaração anticomunista (como lhe foi solicitado pela polícia), não viajou, perdendo, assim, a oportunidade que lhe oferecera o convite do escritório comercial brasileiro de Montreal,

Otelo Em Versão Soviética



Dentro de alguns dias será estreada a versão cinematográfica de Otelo, o Mouro de Veneza, realizado pelo cineasta soviético Serguei Iutkoviitch. A famosa peça de Shakespeare foi filmada com um luxo e recursos de superprodução, sendo seus principais intérpretes Serguei Bondartchuk e Irina Scobetseva (foto). Apresentada no Festival de Veneza recebeu o aplauso da crítica e um dos prêmios. Em Otelo, além da fidelidade a Shakespeare, encontra-se a preocupação plástica na belíssima fotografia colorida. Para musicar o filme foi chamado Aram Katchaturian o renomado compositor de «A dança dos Sabres» e um dos mais completos do cenário musical da atualidade.

FESTIVAL DO CINEMA FRANCÊS — O Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro inaugurou no dia 14 de julho (data nacional da França) a mostra intitulada «História do Cinema Francês». Para isto contou com a colaboração da «Cinematheque Française» e da Unifrance que se encarregaram da vinda de uma completa seleção de fitas dos primórdios do cinema francês desde Meliès e Max Linder até Renoir e Clair. No transcurso do Festival está prevista uma série de pré-estréias com alguns dos melhores filmes da nova geração de cineastas franceses: Camus, Louis Malle, Claude Chabrol e outros.

CARLITOS — Em São Paulo a Segunda Parada de Charles Chaplin com a reapresentação de 5 filmes

grupados e com uma trilha sonora: «O Vagabundo», «O Pintor de Paredes», «O Policial», «Traficante de Marujos» e «Três Vezes em Apuros». O circuito é encabeçado pelo Marrocos e mais 18 cinemas.

NASCE UM CINEASTA — Crítico tenido e irreverente do jornal «ARTS», François Truffaut aos 27 anos, conseguiu provar que sabe fazer cinema como veterano. A vida agitada e dura, de menino pobre e sem horizonte, serviu para Truffaut como tema para o seu primeiro longa-metragem «Les 400 Coups» (Os 400 Golpes). Apresentado este ano, em Cannes, teve uma calorosa acolhida e lhe valeu o prêmio de melhor direção. Depois do êxito alcançado com «Les 400 Coups», uma verdadeira auto-biografia, Truffaut

CAPITAIS ESTRANGEIRAS NO BRASIL



«Capitais estrangeiras no Brasil» de Aristoteles Moura (Ed. Brasileira, S. Paulo, 1959) é um livro que estava falando nos estudos dos problemas nacionais. Ele é fruto natural do próprio interesse, cada vez mais generalizado, de conhecermos o nosso país, sua realidade atual, suas possibilidades futuras.

Um dos aspectos mais importantes desta realidade são os investimentos de capitais estrangeiros nos diferentes ramos da nossa economia. Aristoteles Moura fez, neste terreno, não somente um valioso trabalho de pesquisa, fornecendo aos estudiosos um material riquíssimo, como buscou tirar conclusões no âmbito econômico e político.

Uma qualidade a destacar-se no livro de Aristoteles Moura é que ele não se destina unicamente aos especialistas; pode facilmente ser lido e compreendido pelos que desejam penetrar nesse mundo aparentemente misterioso das investidas de capitais estrangeiros. E o desvenda em todos os seus variados aspectos, situando o Brasil no panorama internacional e na América Latina.

Aristoteles Moura utilizou, na confecção de seu trabalho, uma variada documentação, estrangeira e nacional, sem imitar-se a obras de autores conhecidos. Estudou relatórios de Bancos, Anuários, documentos oficiais, publicações especializadas de diferentes países. O rigor de suas afirmações é sempre levemente comprovado.

E, desta maneira, com verdadeiro espírito científico, Aristoteles Moura nos oferece um quadro através do qual podemos ver mais claramente a situação do Brasil no mundo, os entraves que ainda lhe freiam o pleno progresso e as enormes possibilidades que se lhe desvendam.

«Capitais estrangeiros no Brasil» é um livro que aconselhamos aos nossos leitores.

Encontro De Velhos Amigos

Existe uma velha amizade entre a pianista brasileira Ana Stela Schik e os aficcionados soviéticos de música. A artista tem estado repetidas vezes na União Soviética e se exibido em muitas de suas cidades. Ana Stela Schik já tem sido aplaudida em Moscou e Leningrado, em Kiev e Tbilisi; tem sido ouvida por colegas soviéticos, operários, estudantes, colônias e funcionários (empregados).

Em suas «tournées» artísticas deste ano Ana Stela Schik ampliou ainda o círculo de amigos que possui entre os soviéticos entre ardentes admiradores da música. A pianista brasileira teve oportunidade de verificar o quanto são numerosos, não somente na capital soviética, mas também em cidades como Ufa, capital da República Bashkíria em Kazan, na velha Rarátov, em Rostov e na lendária Stalingrado.

Não foi, pois, acidentalmente, que na palestra que com ela mantivemos, Ana Stela Schik se referiu, inicialmente, e em palavras calorosas e entusiasmadas cada um de seus triunfos nessas «tournées» artísticas pela União Soviética.

«Creio — dizia ela — não existir no mundo um público como o soviético, tão afetuoso e carinhoso para com os artistas estrangeiros. No ouvinte soviético sente-se, não apenas o crítico, mas o amigo que ajuda o artista durante todo o concerto. É um ouvinte culto e musicalmente instruído. Vi com meus

próprios olhos o país onde para o artista não existe o problema de conquistar o auditório para os programas sinfônicos. Vocês compreenderão por certo a minha grande alegria ao saber do interesse dos soviéticos pela música dos países da América Latina. No programa de meus concertos tenho incluído várias obras de compositores brasileiros: peças de Vila Lobos e Prelúdios de Camargo Guarnieri que obtiveram extraordinário êxito. No concerto que dei em Moscou, por exemplo, executei, todas bisadas, oito peças brasileiras. Apesar de tudo, não consegui satisfazer o auditório.

Este não é caso único — acrescentava. Em Kazan tive um encontro com professores e estudantes do Conservatório, reunidos para ouvir-me sobre a música e os compositores brasileiros. Não podem vocês imaginar com que atenção fui ouvida e, sinceramente, confesso não me ter sido fácil separar-me desse auditório.

E agradável constatar — concluiu Ana Stela Schik — como nestes últimos anos se ampliam consideravelmente as relações culturais entre nossos países. Os artistas soviéticos vão agora com mais frequência ao nosso país, e os brasileiros visitam mais a miúdo a União Soviética. Esse intercâmbio resulta muito proveitoso para nós, artistas e intelectuais. O principal consiste em que contribuímos para um melhor conhecimento recíproco da arte de nossos países e uma maior compreensão entre nossos povos.»

«Creio — dizia ela — não existir no mundo um público como o soviético, tão afetuoso e carinhoso para com os artistas estrangeiros. No ouvinte soviético sente-se, não apenas o crítico, mas o amigo que ajuda o artista durante todo o concerto. É um ouvinte culto e musicalmente instruído. Vi com meus



O pianista soviético Voskresenki acompanhado a pianista brasileira Ana Stela Schik, durante sua turnê artística pela União Soviética

Aumento para os professores

Os professores do Distrito Federal, através do seu Sindicato, vão recorrer contra a decisão que rejeitou a Portaria 204, do Ministro da Educação, que manda calcular o salário do professor na base de: a) anuidades pagas pelo aluno; b) salário mínimo da região; c) número de alunos por sala de aula.

"MACHADO DE ASSIS"

Livro de Astrojildo Pereira

1 volume de 280 páginas, em bem cuidada edição da Livraria São José. O livro compõe-se de ensaios e apontamentos avulsos, sendo o seguinte o seu índice:

Romancista do Segundo Reinado — Instinto e Consciência de Nacionalidade — Crítica Política e Social — «O Almada» e a História da Cidade — Pensamento Dialético e Materialista — Antes e Depois do «Brás Cubas» — O «Mau» e o «Bom» Machado — Apontamentos Avulsos — Apêndice.

A VENDA NA EDITORIAL VITÓRIA

Rua Juan Pablo Duarte, 50 (sobrado). RIO DE JANEIRO

GENNYSON AZEVEDO

Íntegra Da Sentença Que Absolveu Prestes

Publicamos a seguir a íntegra da sentença em que o juiz Pedro Ribeiro de Lima absolveu Luiz Carlos Prestes e outros denunciados. Os títulos e entre-títulos são da responsabilidade da NR.

Não Constitui Crime Reunir-se Para Ventilar Questões Doutrinárias

Como infratores dos artigos 9.º, 10.º e 11.º parágrafo terceiro, da Lei 1.802, de 5 de janeiro de 1958, foram denunciados (fólias seiscientos e seis, seiscientos e nove, no terceiro volume) Luiz Carlos Prestes, Mauricio Grabois, João Amazonas de Souza Pedrosa, Pedro de Carvalho Braga, Renato de Oliveira Mota, Amarílio de Oliveira Vasconcellos, Gregório Lourenço Bezerra, Agostinho Dias de Oliveira, Francisco Gomes Filho, Ivan Ramos Ribeiro, Agildo da Gama Barata Ribeiro, Diógenes de Arruda Câmara, Pedro Ventura Felipe de Araújo Pomar, Benedito de Carvalho, Milton Caires, Carlos Marighela, Arnêmio Guedes, Francisco Antônio Leivas Otero, Octávio Brandão Rego, João Baptista Lima e Silva, Henrique João Cordeiro, Diogo Soares Cardoso, Pedro Pinto da Mota Lima, José de Souza Almeida, Adão Voloch, João Paulo Moreira e Aristen Aquiles dos Santos. Diz a denúncia que os dezoito primeiros, dirigentes do Partido Comunista do Brasil, organização política sem existência legal, e os oito últimos, dirigentes do jornal «Imprensa Popular», neste fizeram publicar um manifesto-programa, «Programa do Partido Comunista do Brasil», assinado pelo primeiro denunciado, no qual se procura reorganizar aquele partido político, dissolvido por decisão da Justiça Eleitoral, ao mesmo tempo fazendo propaganda de processos violentos para a subversão da ordem política e social, isto no dia primeiro de janeiro de mil novecentos e cinquenta e quatro, como se verifica dos quatro números com essa data, juntos a fólias dois e seguintes; ainda no número de dezoisete de janeiro, de mil novecentos e cinquenta e quatro, fizeram distribuir, com o jornal, um suplemento, que não pode ser vendido separadamente, como se diz ali, contendo unicamente o «Projeto de Estatuto do Partido Comunista do Brasil», o que demonstra a íntima relação entre o referido Partido extinto e o jornal «Imprensa Popular», este constituindo elemento integrante da organização daquele; o que no programa atrás referido, foi também impresso, dias depois, em formato comum de livro, cuja última página declara «Imprensa Popular — este Suplemento não pode ser vendido separadamente» (fólias cento e quarenta e sete e duzentos e setenta e nove), outros números havendo, do dito jornal, a fólias quinhentos e dezanove, de 30 de outubro de 1955, quinhentos e vinte e um, de 12 de novembro de 1954, quinhentos e vinte e três, de 13 de novembro de 1955, quinhentos e vinte e cinco, de 20 de novembro de 1955, acompanhado do programa já aprovado do Partido Comunista (fólias vinte e sete), quinhentos e oitenta e seis, de 2 de fevereiro de 1956), número este no qual toda a primeira página é ocupada por uma simples comunicação do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil, rodeando o retrato, em grandes proporções, do primeiro denunciado. De tudo se conclui, sustenta o Ministério Público, que os dezoito primeiros denunciados, como dirigentes do Partido Comunista do Brasil e do seu Comitê Central, e os oito últimos, como responsáveis pelo jornal «Imprensa Popular», prestaram serviços indistintamente a aquele partido extinto, usando o jornal para publicarem todas as mensagens, comunicarem projeto de programa, normas de ação e tudo o mais relacionado com a organização, manutenção e existência ativa daquele partido extinto, tanto política, como social e economicamente, acompanhados de propaganda de processos violentos para subverter a ordem política e social, como se vê estampado nos diversos números do jornal que integram os autos. Citados pessoalmente, vieram logo a juízo os acusados Renato de Oliveira Mota, João Baptista de Lima e Silva, Henrique João Cordeiro, Diogo Soares Cardoso, Pedro Pinto da Mota Lima, Adão Voloch, João Paulo Moreira e Aristen Aquiles dos Santos, que responderam a interrogatório judicial a fólias seiscientos e vinte e nove seiscientos e trinta, seiscientos e cinquenta e dois, seiscientos e cinquenta e oito, seiscientos e cinquenta e oito, seiscientos e cinquenta e nove, seiscientos e sessenta, seiscientos e sessenta e um, seiscientos e sessenta e dois, e seiscientos e setenta e um seiscientos e setenta e dois, vendendo-se as respectivas defesas prévias, à exceção da de João Paulo Moreira, cujo defensor constituído não a ofereceu (fólias seiscientos e sessenta e nove), a fólias seiscientos e trinta e um seiscientos e trinta e três, seiscientos e trinta e nove seiscientos e quarenta e dois (dada a remissão de fólias seiscientos e cinquenta e quatro), seiscientos e sessenta e quatro, seiscientos e sessenta e cinco, seiscientos e sessenta e sete, seiscientos e sessenta e oito, seiscientos e setenta e três/seiscientos e setenta e sete, quase todas suscitando a preliminar de extinção da punibilidade, por força da anistia concedida aos jornalistas processados por crime de imprensa pelo Decreto Legislativo número vinte e sete, de vinte de junho de mil novecentos e cinquenta e seis, como pela prescrição, nos termos da Lei dois mil e oitenta e três, a que sustentam subsidiariamente os fatos. Os demais réus foram citados por edital (fólias seiscientos e cinco seiscientos e sete) e, não acudindo ao chamamento, foi-lhes nomeado

defensor o Doutor defensor Público, que ofereceu a defesa prévia de fólias setecentos e nove, também sustentando tratar-se de delitos de imprensa, cuja punibilidade entende extinta, pela prescrição, se não pela anistia. No curso do processo, afora Pedro de Carvalho Braga, apresentaram-se todos os réus, sendo interrogados a fólias setecentos e dezoito, setecentos e vinte e um, setecentos e trinta e cinco, setecentos e trinta e nove, setecentos e quarenta e um, setecentos e quarenta e dois, setecentos e quarenta e quatro, setecentos e sessenta e um, setecentos e setenta e dois, setecentos e oitenta e um, setecentos e noventa e quatro, setecentos e noventa e seis, setecentos e noventa e oito, setecentos e noventa e nove, oitocentos e treze, oitocentos e quatorze, oitocentos e dezesseis e oitocentos e vinte e dois. Depuseram três testemunhas arroladas pela Promotoria (fólias setecentos e quatorze/setecentos e dezesseis, setecentos e dezessete e setecentos e vinte e cinco setecentos e vinte e seis), duas de defesa do acusado Renato Oliveira Mota (fólias setecentos e cinquenta e três/setecentos e cinquenta e cinco) e uma de defesa do acusado Adão Voloch (fólias setecentos e cinquenta e seis). Após manifestar-se a fólias seiscientos e oitenta e quatro/seiscientos e oitenta e seis o Ministério Público, impugnando o reconhecimento de crime de imprensa, na hipótese, e sustentando deverem examinar-se as preliminares depois de produzida a prova, relegou-as o despacho de fólias seiscientos e noventa para esta sentença. Em alegações finais, limitou-se o M.P. a opinar pela condenação de todos os denunciados, atendendo aos elementos probantes coligidos nos autos (fólias oitocentos e quarenta e nove), estando as deduzidas pelos Doutores Defensores dos RR., a maioria dos quais insistiu nas preliminares suscitadas, a fólias oitocentos e cinquenta e um/oitocentos e cinquenta e oito, oitocentos e cinquenta e nove/oitocentos e sessenta e dois, oitocentos e sessenta e quatro/oitocentos e sessenta e cinco, oitocentos e sessenta e seis, oitocentos e sessenta e sete/oitocentos e sessenta e nove, oitocentos e setenta e dois/oitocentos e setenta e três, oitocentos e setenta e quatro/oitocentos e setenta e cinco, oitocentos e setenta e seis/oitocentos e setenta e sete, oitocentos e setenta e oito, oitocentos e oitenta e oitocentos e oitenta e um, além de afirmarem todas a improcedência da denúncia.

LEI DE IMPRENSA

Isto posto: Uma das acusações é a de haverem os réus feito publicamente propaganda de processos violentos para a subversão da ordem política ou social, estampando-a nos diversos números da «Imprensa Popular» que instruem o processo. Incidiria o fato nas sanções da Lei mil oitocentos e dois, ao que pretende a denúncia, invocando-lhe o artigo onze, parágrafo terceiro. A classificação, no entanto, que não vincula o Juízo, não pode ser agora ratificada: forçoso resulta adotar a reclamada pela Defesa da maioria dos réus, em preliminar que acolho, para reconhecer crime de imprensa na descrição da denúncia. Propaganda de processos violentos para subverter a ordem política e social é o abuso previsto — praticamente com as mesmas palavras da Lei mil oitocentos e dois — no artigo onze, letra a, da Lei dois mil e oitenta e três, que lhe sobreveio, a doze de novembro de mil novecentos e cinquenta e três, e inovou na matéria, a que não fazia referência específica a Lei de Imprensa anterior, ou seja o Decreto vinte e quatro mil setecentos e setenta e seis, de mil novecentos e trinta e quatro. Sem dúvida crime político praticado através da imprensa, como frisou Darcy Arruda Miranda, merece a estranheza por esse autor manifestada a benignidade com que a Lei número dois mil e oitenta e três aplica o fato, que o meio empregado torna potencialmente muito mais nocivo e mais eficiente que a propaganda oral ou mediante boletins e panfletos, esta punível nos termos severos do artigo onze da Lei mil oitocentos e dois (Dos Abusos da Liberdade de Imprensa, mil novecentos e cinquenta e nove, edição Revista dos Tribunais, números quarenta e cinco, quarenta e seis, quarenta e sete). Pode, igualmente, merecer reparo a brevidade do lapso prescricional, que o artigo cinquenta e dois da Lei dois mil e oitenta e três fixara em dois meses a princípio e, mesmo hoje, com o alongamento da Lei número dois mil setecentos e vinte e oito, de 16 de fevereiro de 1956, não passa de um ano após a dada da publicação.

PRESCRIÇÃO

Mas é impossível recusar que haveria, na hipótese, delito de imprensa, cuja punibili-

dade se extinguiu sem dúvida pela prescrição, que já atingira, aliás, todas as publicações, menos três (pelo decurso dos primitivos dois meses) quando foi recebida a denúncia. Sobre a última delas, de qualquer modo, já fluiu mais de um ano, também excedido de muito a partir do recebimento da denúncia (em nove de Agosto de mil novecentos e cinquenta e seis) o que fará admitir a prescrição mesmo por aqueles que atribuem efeito interruptivo ao ato, ainda nos casos de crime de imprensa: quanto aos seis acusados a quem a Promotoria reconheceu condição de jornalistas profissionais (fólias seiscientos e oitenta e quatro, item segundo), foram beneficiados com a anistia do Decreto Legislativo número vinte e sete, de 20 de junho de 1956, quando ainda em curso a prescrição relativa às três últimas publicações denunciadas. Não cabe exigir como fez a ilustrada Promotoria, para configuração do crime de imprensa, tenha o agente a condição de jornalista no pleno exercício da profissão. O pressuposto não se encontra na Lei dois mil e oitenta e três, que, sem dar relevo a circunstância, responsabiliza (artigo vinte e seis) em primeiro lugar «o autor do escrito incriminado» (que pode ser, ou não, jornalista profissional, evidentemente) e, a seguir, pessoas que devem ter (diretores e redatores de jornal), como podem não ter (donos e gerentes de oficinas, vendedores e distribuidores) aquela qualidade. Refere também a denúncia que o mesmo programa do PCB foi impresso em formato comum de livro, do qual se encontram exemplares a fólias cento e quarenta e sete e cento e sessenta e nove. Apresentado como suplemento de «Imprensa Popular», de vendagem inseparável, mas sem data que o vincule a determinada edição do jornal, escapa ao âmbito da Lei de Imprensa e legitima a invocação do parágrafo terceiro do artigo onze da Lei mil oitocentos e dois; mas, diversamente do que ocorre com os crimes de imprensa, a cujo propósito, ignorado o autor do escrito, por ele respondem as outras pessoas a quem a Lei carrega sucessivamente a responsabilidade, não há responsabilidade puramente legal por delitos contra o Estado e a ordem política e social, dos quais será imprescindível, para puni-los, provar a autoria, que não pode ser presumida. Ora, não contém os outros elementos que autorizem a atribuir a qualquer dos acusados a distribuição daquele avulso, que seria o fato incriminável, consoante o invocado parágrafo terceiro. Não ficou provada, portanto, a acusação.

LEI DE SEGURANÇA

Pretende mais a denúncia que o procedimento dos acusados os sujeite às sanções dos artigos nono, e décimo da Lei número mil oitocentos e dois, o que importa imputar-lhe a prática dos crimes assim definidos: «Artigo nono-Reorganizar ou tentar reorganizar de fato ou de direito, pondo em funcionamento efetivo, ainda que sob falso nome ou forma simulada, partido político ou associação dissolvidos por força de disposição legal ou fazê-lo funcionar nas mesmas condições quando legalmente suspenso». Artigo dez — «Filiar-se ou ajudar com serviços ou donativos, ostensiva ou clandestinamente, mas sempre de maneira inequívoca, a qualquer das entidades reconstituídas ou em funcionamento, na forma do artigo anterior». Toda a acusação assenta nas várias publicações que instruem o processo, nenhuma atividade diversa e concreta de qualquer dos acusados referindo às testemunhas acusatórias. Cumpre decidir, pois, se o que consta de tais publicações, independentemente do que pudessem significar na configuração de crimes de imprensa, de publicidade extinta, comprova a prática, pelos réus, dos outros crimes denunciados. Entendo que não. Embora se possam indentificar atos de reorganização, ou sua tentativa, no elaborar programa e estatutos para o Partido, ou oferecê-los a estudo e publicá-los, a integração do tipo legal ainda reclama que o agente ponha logo em funcionamento efetivo o partido proscrito. A prova da materialidade do delito há de incluir, assim, a demonstração de tal funcionamento efetivo, que não se confunde — ou a lei não distinguiria, para mandar somá-los com os próprios atos reorganizadores. E essa demonstração, não se pode considerá-la ínsita na dos ditos atos, sem o risco da equivocacade que a lei quis afastar mediante a condição, nitidamente objetiva, de um evento complementar. Para responsabilizar os acusados pelo funcionamento efetivo do Partido Comunista, cumpria mostrar-lhes participação em algum ato que traduzisse aquele funcionamento, não bastando que uma das testemunhas inquiridas declare, para afirmar que os acusados continuaram a integrar o Partido após sua dissolução, por ele-

mentos que, no entanto, não pode esclarecer quais sejam (fólias setecentos e quinze) e se apura, afinal, serem informações constantes de fichas do Serviço Secreto da Polícia (fólias setecentos e dezesseis), ou que outra informe ter havido um congresso em local, no entanto, ignorado (fólias setecentos e vinte e cinco verso). Há de haver n'algum lugar reuniões, deliberações, talvez atas ou registros delas e, se acaso se realizam mesmo, resguardados com tal cautela que permaneçam secretos, a acusação não se mantém, pois a deficiência, ou ineficiência, do aparelho repressor não há de suprir-se à custa de uma petição de princípio, considerando provado o que foi só alegado. Improvada a configuração do crime do artigo nono, deixa de prosperar, por igual, a imputação de prática do definido, em função do anterior, no artigo 10, que pune quem se filie ou ajude a qualquer das entidades reconstituídas ou em funcionamento na forma do artigo anterior, donde ser indispensável tratar-se de partido ou associação ativos, por a forma do artigo anterior incluir o complemento da atividade, acrescendo que sem ela não será inequívoca a maneira pela qual se deve revelar a filiação ou auxílio, nos termos do mesmo artigo 10.

NÃO HÁ NOTORIEDADE

Dirá talvez alguém que o funcionamento do PCB está no conhecimento de todo o mundo e qualquer de nós lhe associa de pronto os nomes de vários, pelo menos, dos acusados, sendo notório o fato, portanto. Não há, porém, notoriedade, daquela que dispensa produção de prova. Não a reconheceremos, se — ainda que a qualificação se afigure sem primeiro prático (Estudios sobre el Proceso Civil, trad. Sentis Melendo, etc., Bibliográfica Argentina, mil novecentos e quarenta e cinco, página cento e oitenta e nove) e a Calamandrei, cujo esforço, por sinal, não conseguiu desfechar numa definição que eliminasse a imprecisão e relatividade do conceito — por notório entendermos apenas o evidente, sentido no qual foi tomado o termo pelo artigo duzentos e onze do CPC para assentar independentem de prova fatos que, estando (comenta Pontes de Miranda, transcrito por Darcy Arruda Miranda, in Dos Abusos da Liberdade de Imprensa, pag. 276), «na ordem dos fatos empíricos, como as proposições evidentes na ordem lógica, prescindem de prova», a qual — frisa o mesmo comentário — resultaria supérflua dada a convicção preexistente do juiz. Só a evidência «não necessita de prova, porque ela própria é prova», na observação de Manzini, citado por Espinola Filho (CPP Anotado, 3a. ed., vol. II, pag. quatrocentos e trinta e sete), donde não se dever confundir — é, ainda, o mesmo ensinamento — a notoriedade com ela coincidente com a opinião de um número maior de pessoas a qual não constitui meio ou substituto de prova» (loc. cit.). Não pode o Juiz, que dele não sabe com segurança, ter por certo e evidente o funcionamento do Partido Comunista e, mais, ainda, serem seus motores os acusados, o que não vai além de imprecisa e vaga fama pública, a que faltam dados concretos de tempo, lugar e modo, diversa da notoriedade-evidência capaz de fazer a máxima Notoria non indigent probatione (Lopes da Costa — Dir. Proc. Civil Brasileiro, vol. dois, edição mil novecentos e quarenta e três, página duzentos e noventa e quatro). Nem se admite o notório, adverte eminente magistrado, após Frisior o maior rigor que lhe há de presidir ao acolhimento no processo criminal, equando recaí sobre fato individual que seja precisamente o que se debata no processo. Nenhum juiz do mundo condenaria, acaso, o réu sob a alegação de ser notória a autoria do delito» (Mário Guimarães, O Juiz e a Função Jurisdicional, página trezentos e vinte e três); é, no entanto, o que seria preciso esquecer para condenar os réus, atendendo a que corre entre o povo existir o partido, funcionar e serem ligados a ele os réus, ou vários dos réus. A atividade denunciada pelo M.P. permanece intolleravelmente imprecisa nestes autos, onde as testemunhas nada informaram de concreto sobre ela, alguns dos acusados negando a conduta que se lhes atribui (não tendo o M.P. demonstrado que mentissem), outros recusando responder (o que não autoriza, por si só, a consagrar o alegado contra eles) e, se Agildo Barata, a fólias setecentos e dezoito, diz que, ao tempo referido na denúncia, integrava o Partido, nada esclarecendo, aliás, além disso, Luiz Carlos Prestes, contestando implicitamente a existência do grêmio, afirma (a fólias setecentos e noventa e quatro) que se reunia com seus companheiros sem ascendência ou autoridade sobre eles, sem propósito de reestruturar o Partido, porém no estrito exercício de direito assegurado pela Constituição. Ora, na verdade, como ensina o constitucionalista Alcino Pinto Falcão, a respeito do parágrafo onze do artigo cento e quarenta e um (Constituição Anotada, edição Konfino, mil novecentos e cinquenta e sete, volume dois, páginas cento e dezesseis/cento e dezessete e nota doze), o simples fato (único admitido pelo réu) de se encontrarem reunidas várias pessoas, ventilando questões doutrinárias e assuntos de ordem geral, embora se trate de elementos estruturados no partido político na ilegalidade, não constitui o crime do artigo dez da Lei mil

(Conclui na 1ª página)

HISTORIETAS

ANA MONTENEGRO

Diz um velho refrão popular que se mais fácil pegar um mentiroso do que um côxo. E assim é.

Certo padre mexicano andou dizendo, no desejo de impressionar as suas ovelhas e a de outros redi, que a única sobrevivente da chamada captação de Fátima teria uma mensagem do céu, para espalhar pela terra contra o comunismo. Mas a velha freira, receiosa dos castigos divinos, apressou-se a desmentir a afirmação do padre; que isso não era assim como ele dizia, que não conhecia o teor de tal mensagem, e que a mãe de Jesus Cristo não lhe falara e nem às suas companheiras sobre o comunismo.

No litoral balnear apareceu misterioso submarino, visto e pressentido por navios da Marinha brasileira. O submarino seria russo. Isso não haveria dúvida. Mas, depois, tudo foi esclarecido. Se o submarino apareceu não foi em águas territoriais brasileiras. E os quatro homens louros que teriam desembarcado naquele Estado eram apenas dois homens e uma senhora morena. Não, não eram russos, seriam contrabandistas de minerais radioativos. De que nacionalidade?

Mais próximo, anunciaram alguns jornais que elementos agitadores seriam os responsáveis, com atos de sabotagem, pelo que se passa de errado na Central do Brasil. No mesmo dia, porém, providencialmente, declarava o diretor daquela ferrovia, Dr. Jorge Schilling, que reconhecia a incapacidade da Central para atender às necessidades do povo e que os quase diários desastres e os diários atrasos dos trens decorrem dos defeitos de material, casos fortuitos e falhas funcionais. E mais: que a Central não pode acompanhar o crescimento vertiginoso do tráfego urbano. Esse tráfego precisaria de 200 carros e só tem 150. Sem falar na situação dos empregados, que são mal pagos e mal assistidos. E os agitadores?

Assim, à margem da história vão escrevendo historietas mal engendradas, ridículas, para uma efêmera glória de manchetes, que são desmentidas nos minutos seguintes, avançando dentro do tempo para o verdadeiro destino da sociedade humana.

UNE NA ORDEM DO DIA

Encontra-se reunido, desde sábado passado, o XXII Congresso Nacional dos Estudantes, na Universidade Rural. O Congresso foi inaugurado solenemente com uma conferência do Ministro (Interino) da Educação, Reitor Pedro Calmon, seguindo-se um baile de confraternização entre mais de 700 representantes dos Diretórios Acadêmicos de todo o país. No domingo à noite, realizou-se a conferência do sr. Roland Corbisier, diretor do ISEB. A partir daí, começaram a se desenvolver em ritmo intenso os trabalhos do Congresso, nas Comissões e nas sessões plenárias.

O Congresso Nacional dos Estudantes, realizado anualmente em julho, traça a política a ser seguida pela entidade máxima dos universitários, examina a prestação de contas de sua diretoria e elege a nova diretoria, e aprova a Declaração de Princípios, onde são apontados os objetivos e as aspirações dos universitários brasileiros. Finalmente, depois de uma semana de trabalhos, o Congresso é encerrado com a posse da nova diretoria eleita.

Este ano, os principais temas debatidos pelos congressistas além da prestação de contas e da eleição, são a reforma dos estatutos da entidade, a situação do

UNIVERSITARIOS (MAIS DE 700) EM CONGRESSO

Prestação de contas e eleição da nova diretoria — Declaração de Princípios — Trabalho das Comissões e problemas políticos

ensino, principalmente quanto ao projeto de Diretrizes e Bases, a posição internacional da UNE e a participação dos estudantes na vida política e econômica do país.

TRABALHO DAS COMISSÕES

Já iniciaram seus trabalhos as 11 comissões do Congresso, a saber: O Programa Mínimo Administrativo, de Tomada de Con-

ta, Política, de Relatório da Diretoria, de Regimento Interno, de Credenciais, de Problemas Sócio-econômicos dos Estudantes, de Teses, de Problemas Nacionais, de Problemas Internacionais e de Reforma do Ensino. Terminados os trabalhos das comissões, seus relatórios são enviados às sessões plenárias que os discutem e votam. Entre os problemas principais, destacam-se os seguintes:

1. A reforma da Constituição da UNE, com a fixação de toda a diretoria no Rio e a distribuição pelas vice-presidências, cujo número deverá ser elevado para 5, dos vários encargos específicos. A reforma da Constituição já havia sido aprovada no último Congresso, mas não chegou a ser votada em plenário.
2. Reforma do ensino, aproveitando as conclusões do III Seminário de Reforma do Ensino, recentemente realizado pela UNE; apoio ao projeto original de Diretrizes e Bases do MEC; participação dos alunos na administração das Faculdades e Escolas.
3. Política internacional. A UNE não participa como membro de nenhu-

ma das duas entidades estudantis internacionais, a UIE e o COSEC, embora se faça representar como observadora nos seus conclaves. Estuda-se atualmente a filiação da UNE às duas entidades, visando a cooperar para a aproximação entre elas e à colaboração internacional entre os estudantes posição tradicional a UNE.

4. Relatório da diretoria. Entre os itens da prestação de contas da diretoria, destacam-se as seguintes realizações: doação definitiva da sede da Praia do Flamengo, incentivo da campanha por uma editora da UNE, intensificação do intercâmbio entre os Diretórios Acadêmicos pela publicação regular dos Boletins Informativos da UNE, dando notícias de todas as atividades da entidade e dos DDAAs, continuação da campanha em prol da moralização dos concursos públicos, principalmente quanto ao IBGE; apoio aos secundaristas em sua campanha pelo congelamento das anuidades, promoção de várias campanhas sobre o Acordo de Roboré, o caso Delgado, a posição do Presidente da República diante do FMI, etc.

PROBLEMAS POLITICOS

Via de regra os temas políticos ocupam bastante a atenção dos Congressos da UNE, como reflexo da

própria atividade das entidades estudantis, o que se constata em suas decisões e na Declaração de Princípios. Este ano já despontaram o apoio às iniciativas do governador Leonel Brizola, pela encampação da Bond and Share, e do Presidente Kubitschek, pela ruptura das negociações com o FMI e pelo lançamento da OPENO.

Em suas Declarações de Princípios, os estudantes brasileiros têm reiterado seu apoio à defesa e consolidação do monopólio estatal do petróleo, à criação da Eletrobrás, à reforma agrária, ao estabelecimento de relações comerciais e diplomáticas com todos os povos, à continuação e intensificação do desenvolvimento industrial do Brasil, à transferência da Capital para o interior, e por mais verbas para a educação.

ISEB realizará curso especial para operários

O Instituto Superior de Estudos Brasileiros realizará um curso extraordinário de "Introdução aos Problemas do Brasil" destinado aos militantes sindicais. O referido curso será patrocinado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria, Delegacia do Distrito Federal, e terá início em agosto, estendendo-se até outubro do corrente. As aulas serão dadas todas as quintas-feiras, às 10 horas, no auditório da CNTI.

Serão distribuídos certificados de frequência aos inscritos que comparecerem a mais de cinco palestras.

Quaisquer esclarecimentos outros poderão ser obtidos na sede da Delegacia Regional da CNTI, na Avenida Venezuela, 27, 8.º andar, salas 826 e 828, telefone 23-0394, das 9 às 12 horas e das 14 às 17 exceto aos sábados.

E o seguinte o programa do curso: 1) Cultura e Desenvolvimento — prof. Roland Corbisier; 2) A Economia Brasileira — prof. Gilberto Paím; 3) Reforma Agrária — prof. Josué de Castro; 4) Capitais Estrangeiros — deputado Sérgio Magalhães; 5) Nacionalismo e Desenvolvimento — prof. Cândido Antônio Mendes de Almeida; 6) Formação e Estrutura da Sociedade Brasileira — Cel. Nelson Werneck Sodré; 7) O Desenvolvimento Brasileiro — prof. Alvaro Vieira Pinto; 8) Movimento Sindical e Política — deputado Neiva Moreira; Movimento Sindical a Realidade Brasileira — líder sindical Ari Campista.

CARVALHO PINTO QUER UM CHEQUE EM BRANCO DE CEM BILHÕES

S. PAULO (Da sucursal)

— Ao mesmo tempo em que encaminhou à assembléia legislativa seu chamado plano quadrienal, o governador Carvalho Pinto desencadeou intensa campanha publicitária visando a obter a rápida aprovação do projeto. Entretanto, as primeiras observações surgidas a respeito contém críticas e restrições, indicando que o executivo estadual deseja, com essa iniciativa, obter verdadeiro cheque em branco de cem bilhões de cruzeiros a serem gastos durante os próximos quatro anos sem qualquer controle do poder legislativo. Trata-se, assim, de um segundo orçamento, elaborado e controlado pelo próprio executivo. Observa-se, aliás, que não se trata na verdade de um plano, mas sim de uma discriminação de obras nem sequer localizadas. E uma vez aprovada essa discriminação, o governo não teria nem mesmo de se preocupar em dispor de maioria na assembléia legislativa, pois já teria em suas mãos as verbas essenciais.



Gov. Carvalho Pinto

no não prevê nenhuma medida de melhoria da situação.

7 — Muita embora o governo afirme que não reivindicará aumento de impostos, está claro que deixará a porta aberta para justificar-lo quando a pressão do funcionalismo já não permitir que seja adiado o reajustamento de seus vencimentos.

Destacamos as seguintes opiniões já manifestadas sobre a iniciativa do sr. Carvalho Pinto:

1 — As considerações feitas sobre a política cambial do governo federal e sobre inflação significam apoio total à orientação do sr. Lucas Lopes e do Fundo Monetário Internacional.

2 — Embora o governo estadual venha prometendo «medidas de reforma agrária», o plano nada prevê de prático nesse sentido, nem mesmo a aplicação do art. 110 da Constituição do Estado que determina a desapropriação de terras e sua entrega aos camponeses que as queiram trabalhar.

3 — As verbas atribuídas ao desenvolvimento de rodovias (20 bilhões) e ferrovias (7 bilhões) revelam uma política de estímulo ao transporte mais caro, que nos obriga a consumir gasolina, pneus, óleos, caminhões, etc. Mesmo em relação às ferrovias, não se prevê sua eletrificação, mas apenas a compra de máquinas hidroelétricas.

4 — Em relação a energia elétrica, o plano não precisa devidamente os objetivos e possibilita largas inversões do governo em serviços de Light e da Bond and Share (como no caso de Furnas).

5 — Entre os aspectos positivos do plano surge o da liquidação do atual sistema escolar primário de duas e meia a três horas de aulas por dia, o desenvolvimento das obras da Universidade, a extensão da rede de águas e esgotos, a criação de um certo número de postos de saúde. Mas tudo isso por cima da assembléia legislativa.

6 — No que toca ao funcionalismo estadual, o pla-

8 — Em resumo: Ao lado de alguns aspectos positivos, o plano apresenta muitos aspectos negativos. Tudo indica que a assembléia legislativa, os trabalhadores e o povo não deixarão impressionar-se pela pressão da propaganda do governo e saberão debater o projeto e influir no sentido de serem introdu-

zidas nele as modificações capazes de torná-lo capaz de satisfazer as necessidades do Estado. Esse debate, ao qual o governo não poderá fugir, contribuirá para esclarecer a opinião pública sobre os problemas administrativos de São Paulo e poderá concorrer para que seja dado ao plano um caráter mais progressista.

Íntegra Da Sentença Que Absolveu Prestes

(Conclusão da 10.ª pág.)

oitocentos e dois, independentemente de ser feita prova de que estivessem advogando ou concertando a prática de algum ato punitivo para subverter, por meio violento, a ordem política ou social». Em face do exposto, JULGO extinta a punibilidade da propaganda e processos violentos para subverter a ordem política e social, fato que considero regido pela Lei de 1911 mil e oitenta e três, e impropriedade a ação penal, quanto aos demais fatos denunciados, por insuficiência da prova, absolvo todos os réus. Custas ex lege. P.R.I. Rio de Janeiro, nove de julho de mil novecentos e cinquenta e nove. — Pedro Ribeiro de Lima.

D. HELDER AOS BANCÁRIOS:

«NAO SOU CONTRA A CONTEC»

D. Helder Câmara, bispo auxiliar do Rio de Janeiro, em palestra com líderes bancários desta Capital, afirmou ser inteiramente detida de fundamento a notícia de que ele teria interferido junto ao Presidente da República no sentido de impedir o reconhecimento da CONTEC (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Crédito). No encontro com os bancários, que se realizou no Palácio São Joaquim, na última terça-feira, D. Helder teve oportunidade de afirmar ainda que não é contra nenhuma organização sindical dos trabalhadores, e lançou um apelo a que prevaleça qualquer pronunciamento seu contra a CONTEC.

Reajustamento De Pensões

CORUMBA (Do Correspondente) — Dezenas de inativos da Marinha Mercante, aqui residentes enviaram um telegrama ao senador Filinto Müller solicitando a aprovação do projeto que reajusta automaticamente as aposentadorias e pensões do pessoal da Marinha Mercante. No mesmo telegrama há um apelo aos demais senadores para que aprovelem o referido projeto.

COMPRE JÁ! O Artigo Que Você Precisa Foi Remarcado!

61.º aniversário

VENDA ESPECIAL

CAMISARIA PROGRESSO

Matriz: PRAÇA TIRADENTES, 2 E 4 - TEL. 42-4124

Filiais: RUA VISCONDE DE PIRAJÁ, 102 (IPANEMA) TEL. 27-0970
RUA SILVA JARDIM, 1 E 3 - TEL. 32-0918

Vendas a prazo pelo Crédito PROGRESSO e A COMPENSADORA

Roupas De Cama E Mesa — Artigos Para Homens, Senhoras E Crianças



CÃES VOADORES

Dentro de um programa preestabelecido, os cientistas da União Soviética prosseguem em seus estudos sobre o espaço interplanetário, tendo em vista o envio, brevemente, de ser humano a outros planetas. Numerosos têm sido os foguetes soviéticos a penetrarem o Cosmos, levando em seu bojo animais e instrumentos que são trazidos de volta a terra. O envio de cães aos espaços siderais e sua volta incolumemente à terra já se tornou rotina na vida dos cientistas soviéticos, tendo indicando que se aproxima rapidamente o dia em que o homem viajará pelo Cosmos. Na foto vemos a cadela "Jentchupina" (Pérola) que depois da "Intrepida" e da "Flora de Neve" subiu aos espaços interplanetários num foguete teleguiado soviético. Pérola aparece em companhia de seus filhotes depois do voo de 10 de julho.

ANO I — RIO, SEMANA DE 24 A 30 DE JULHO DE 1959 — N.º 22

NOVOS RUMOS

REDAÇÃO: AVENIDA RIO BRANCO, N.º 257 — SALAS 1711/1712

Cinquentenário Do Municipal

As comemorações do quinquagésimo aniversário do Teatro Municipal do Rio de Janeiro têm sido assinaladas com uma boa programação de espetáculos de conjunto e artistas estrangeiros. Dentro desse programa, estiveram no Municipal um grupo de «ballet» da União Soviética, um conjunto teatral alemão, o pianista francês Pierre Barbizet e (esta semana) o pianista soviético Dorenski, nome

sobejamente conhecido do público carioca. É digno de destaque o fato de estarmos estreitando as nossas relações culturais com a União Soviética, embora (injustamente) com ela não mantenhamos relações diplomáticas. Por cima dos preconceitos políticos e ideológicos, os povos da União Soviética e do Brasil se aproximam e estreitam suas relações de amizade, porque assim desejam.

APÊLO EM FAVOR DE GLEZOS

A 9 de julho, foi submetido a julgamento pelo Tribunal Militar de Atenas o herói do povo grego Manolis Glezos. Glezos — relembramos mais uma vez — na flor da juventude, durante a ocupação de sua pátria pelos alemães, teve a audácia de subir à Acrópole e dali arrancar o pavilhão da cruz gamada dos nazistas. As autoridades de ocupação alemãs, enfurecidas, sem saberem ainda quem o autor de semelhante façanha, às barbas da Gestapo, ditaram contra seu autor a pena de morte.

Glezos seria prisioneiro depois pelos ocupantes alemães. Mas, não identificado, conseguiu livrar-se do enforcamento e, mais tarde, fugir do cárcere.

Seu nome ficou gravado no coração dos trabalhadores e dos patriotas gregos. Manolis Glezos continuou a lutar pela completa emancipação de seu país, que depois da guerra ficou submetido de fato à ocupação das tropas inglesas e, mais tarde, americanas.

A nova prisão e o novo processo contra Glezos, se devem à sua luta atual contra a instalação de bases militares norte-americanas na Grécia, inclusive rampas de teleguiados (foguetes) que transformam a Grécia em base de agressão e, portanto, passível de represálias, expondo à destruição seu pequeno território e seu grande povo.

FALA-NOS UM GREGO

Sem poder identificar-se (por motivos óbvios), externou a NOVOS RUMOS a ardente simpatia da colônia grega do Brasil a Manolis Glezos um cidadão grego. Disse-nos ele, com lágrimas na voz, que não esquecem o herói da Acrópole, daquele que arrancou a bandeira nazi da sagrado monumento da antiguidade grega. Acrescentou que, embora não possam manifestar-se publicamente, os gregos que vivem no Brasil reclamam do governo de Karamanlis liberdade para esse homem. Não esquecem que, em pleno domínio de Hitler na Grécia, Glezos substituiu no alto da Acrópole de Atenas a bandeira nazista pela bandeira nacional grega. Quando despertou a população de Atenas certo dia, julgou ter chegado a libertação da Grécia. Desde então, Glezos ficou como um símbolo dos anseios de liberdade do povo grego.

O nosso informante dirige um apêlo aos brasileiros para que reclamem do governo grego a suspensão da execução de Glezos.



Temporada do Cinquentenário

BALLET SOVIÉTICO

4ª FEIRA, DIA 8, às 21hs.

1ª RECITAÇÃO DO TURNO A (N.º 1)

DOMINGO, DIA 12, às 16hs.
DESPEDIDA DA CIA.

No Programa:

ADAGIO DE "O LAGO DOS CISNES"
DANÇA MONTANHESA • A PERORA •
FAS DE DEUS IN'ESMERALDA • DANÇA DO
BODASCHÁ Trechos de GISELLE •
VALSA JUVENIL • SONATA AO LUAR •
DANÇA NUPCIAL GEORGIANA
MOSSARÉ Trechos de... • BONECAS
DANÇA DO TADJIKITA • AGLAS PRIMAVERIS
O GINETE • FAS DE DEUS DE DON QUIXOTE
ORQUESTRA DO T. MUNICIPAL
Regente: NINO STINCO

Temporada do Cinquentenário

ESPETÁCULOS DE ÓPERA

QUADRO ALEMÃO

ESTREIA: 2ª QUINZENA DE JULHO

Repertório

WALKIRIA Wagner
CAVALHEIRO DA ROSA Strauss
BODAS DE FIGARO Mozart

Na Bilheteria Está Aberta a
VENDA CUMULATIVA
PARA 3 VESPERAIS.

ORQUESTRA e CÔRO do T. MUNICIPAL

ABC * RRO ARTE

TICKET N.º 5

2ª FEIRA, DIA 20, às 21hs.

Apresentam

O PIANISTA FRANCÊS

PIERRE BARBIZET

Programa: Schubert, Prokofiev, Ravel,
Debussy, Chopin, Mozart

INFORMAÇÕES

Rua Mauá 74, São, Tel. 23.000

Temporada do Cinquentenário

3ª FEIRA, DIA 21, às 21hs.

CONCERTO

COM

ORQUESTRA DORENSKI

Regente

NINO STINCO

Bilhetes à Venda